

O Cativo, o gaúcho e o peão
Considerações sobre a Fazenda Pastoril Rio-Grandense¹
[1680-1964]
Mário Maestri*

27/05/2009

I. A Economia Pastoril: Ideologia, Mito e História

Até recentemente a historiografia sulina defendeu a utilização quase exclusiva do peão nas tarefas pastoris, no período pré-Abolição. Em 1882, em *História popular do Rio Grande do Sul*, o jovem republicano Alcides Lima registrava as visões da geração pela vida campestre de um homem naturalmente livre e da estância como base da “democracia rio-grandense”: “A vida fácil e folgazã dos campos, os hábitos aguerridos e livres que o povo tinha contraído, os exercícios constantes de destreza física e de independência moral a que estavam sujeitos pelo gênero de vida que adotaram, haviam colocado a população em antagonismo completo com as leis semi-bárbaras da metrópole portuguesa [...]” Escrita nos anos 1880, quando vigia a escravidão no Sul e no Brasil, ele quase não se refere ao cativo em sua síntese da história da formação sulina.²

A guerra dos farrapos: história da República Riograndense, de Joaquim Francisco Assis Brasil, do mesmo ano, espécie de continuação do livro de Alcides Lima participava da mesma visão determinista geográfica, climática e racial, ao propor natureza libertária ao povo sulino, devido às suas origens raciais puras, aos campos abertos, à economia pastoril. As “pastagens naturais” que cobriam a “maior parte da província”, iguais às “melhores do mundo”, ensejariam que “as campinas” se povoassem, com “rapidez assombrosa e inexplicável” [sic], de “rebanhos” que, “de fácil aquisição para todos”, nivelava “mais ou menos as condições de fortuna”. Os “elementos” formadores sulinos difeririam “dos que originaram” a resto da população do país. Para o jovem republicano, filho de ricos estancieiros, nos anos 1830, a “população riograndense” era “produto imediato” de “açoriano e português, paulista e mineiro, espanhol; o elemento africano e autóctone exerceram ação quase nula.”³

Em 1922, em “Esboço da formação social do Rio Grande do Sul”, Rubens de Barcellos associou-se à tese da “quase ausência da escravidão na vida pastoril”.⁴ Em 1927, no primeiro ensaio de explicação sociológica sistemática da formação social sulina da ótica do latifúndio, Jorge Salis Goulart definia que, na estância, “célula social” daquela sociedade, não ocorria dominação econômica, pois o “meio físico e o trabalho pastoril imposto pela natureza do solo” irmanavam “patrões e empregados”. O “gaúcho” seria “mais um amigo do que um subordinado” do “patrão”. A origem democrática do Rio Grande, diversa do resto do Brasil, se deveria a seu “pouco” “contingente de escravos” e ao fato de que o “espírito democrático” sulino “se formara antes da grande introdução do

¹ Agradecemos a leitura e considerações do engenheiro-agrônomo Humberto Sorio Humberto Sorio, professor do curso de Agronomia da UPF, sobre o comportamento bovino, incorporadas ao texto sem serem referenciadas.

² LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 103. [Atualizamos a ortografia desta e de outras citações.]

³ ASSIS BRASIL. *A Guerra dos Farrapos*: história da República Riograndense. Rio de Janeiro: Adersen, [s.d.] pp. 21, 23, 31, 41 *et passim*.

⁴ BARCELLOS, Rubens. *Esboço da formação social do Rio Grande do Sul* [1922]. BARCELLOS, Rubens. *Estudos Rio-grandenses*: motivos de história e literatura. Porto Alegre: Globo, 1955. p. 29.

elemento negro”. A leitura defendia taxativamente o pastoreio como essencialmente produto do trabalho livre.⁵

Os mais destacados intelectuais orgânicos das classes proprietárias sulinas corroboraram as teses da pouca ou da nula participação do cativo na economia sulina. Na edição de 1974 de sua *História geral do Rio Grande do Sul*, o historiador positivista Arthur Ferreira Filho reconheceu a escravidão no Sul apenas quando abordou sua extinção. “[...] o Rio Grande, relativamente a outras províncias”, possuísse “um número reduzido de cativos”. Propôs que o escravismo “não” encontrasse “ponto de apoio no temperamento liberal dos gaúchos”. O autor utilizava “gaúcho” como sinônimo de “rio-grandense”.⁶

Renomados historiadores sulinos como Amyr Borges Fortes, Manoelito de Ornellas, Moisés Vellinho, Riograndino da Costa e Silva, Sousa Docca etc. apresentaram igualmente o Rio Grande como produto quase exclusivo do trabalho livre.⁷ Paulo Xavier, do Instituto Histórico e Geográfico do RS, estudou múltiplos aspectos do pastoreio sulino. Propôs em “A estância no Rio Grande do Sul”: “Esta divisão dos trabalhadores da estância em homens livres e homens escravos, ligados aos dois ramos da economia do núcleo, a mercantil e a natural, respectivamente, facilita-nos a compreensão da dinâmica interna do processo criador da riqueza.” Os cativos trabalhavam na “lavoura” e nas “lides domésticas”, enquanto o “trabalhador livre – o agregado e o peão – era “empregado no trabalho rural sob a supervisão direta do estancieiro ou do seu capataz”.⁸

Historiografia Tradicional

Em *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de 1956, Guilhermino César, destacado expoente da historiografia tradicional sulina recente, não arrolou o africano na “cepa originária” sulina, referindo-se a ele marginalmente.⁹ Mais tarde, escreveu breves artigos e dedicou sub-capítulo da *História do Rio Grande do Sul* ao “negro”, sem jamais tê-lo como eixo explicativo da sociedade sulina pré-1888.¹⁰ Em 1977, em artigo sobre “O latifúndio e o patriciado gaúcho”, propôs que o “posteiro” e o “negro escravo” ocupariam funções “complementares” na fazenda. Em geral, o posteiro era “agregado” que morava com a família nas franjas da propriedade, plantando uma horta e criando algum gado, sob a obrigação de impedir o ingresso de intrusos, a fuga de gado e de cativos e de apoiar as praticas mais trabalhasas como rodeios, preparação de tropas, etc. O autor escreveu sobre o cativo: “[...] mais útil na lavoura de subsistência e nos trabalhos domésticos, no galpão, como durante as expedições ao campo, no costeio miúdo nas festas do ‘rodeio grande’.”¹¹

Em *origens da economia gaúcha: o boi e o poder*, livro póstumo de 2005, o mesmo autor propõe as razões da uso privilegiado de trabalhadores livres no pastoreio, devido a

⁵. GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. pp. 11, 29, 48.

⁶. Cf. FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1974. p. 140. [1ª ed. 1958].

⁷. Cf. COSTA E SILVA, general Riograndino da. *Notas à margens da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968; DOCA, general Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954; FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1968. [1ª ed. 1960]; VELLINHO, Moisés. *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970; _____. *Rio Grande e o Prata: contratos*. Porto Alegre: Globo/IEL/SEC, 1962; _____. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/UFRGS, 1975.

⁸ XAVIER, Paulo. A estância no Rio Grande do Sul. PRUNES, L. M. et alii. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, [1964]. p. 58.

⁹. Cf. CÉSAR, G. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1971. pp. 30-1.

¹⁰ Cf. Id. *Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

¹¹. Cf. CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970; O latifúndio e o patriciado gaúcho. CORREIO DO POVO, Caderno de Sábado, 17.9.1977. p. 3.

possibilidade de fuga do cativo “para o lado das possessões espanholas”. O sentido ideológico dessa proposição explicita-se no reconhecimento da importância do cativo nas lides pastoris, no capítulo “A mão-de-obra, o rodeio, o desfrute”, quando propõe que a “estância antiga” do litoral, que “deu início à ocupação sistemática da terra”, empregasse “maior número de escravos, ou apenas estes”. Em 1976, em *O conde de Piratini e a estância da Música*, publicara as instruções de João Francisco Viera Braga ao capataz da sua estância, que ressaltavam a importância do cativo no pastoreio.¹² Ainda em 2002, as visões sobre um pastoreio sem cativos prosseguiram. Segundo Luiz Roberto Targa: “O primeiro e mais antigo setor produtivo gaúcho era o do pastoreio extensivo, praticado em latifúndios onde o trabalho escravo era raramente utilizado, e quando o era, ocupava as atividades de apoio à produção criatória e não a atividade principal.”¹³

O cativo africano foi introduzido no Sul antes mesmo da fundação oficial da capitania de São Pedro, em 1737.¹⁴ Em 1874, com 21,3% de cativos, o Rio Grande era terceira província do Brasil em números relativos de trabalhadores escravizados, após o Rio de Janeiro (39,7%) e o Espírito Santo (27,6%).¹⁵ Os dados demográficos sugerem que a população sulina cativa expandiu-se, em forma absoluta, no mínimo, talvez até mesmo após 1870. [Tabela I]. Em 1884-5, a província sulina conheceu vasta emancipação de cativos, sobretudo sob a condição de trabalharem, em geral por sete anos, sem remuneração monetária, quase extinguindo aparentemente a escravidão.¹⁶

TABELA I
POPULAÇÃO DORS (1780–1887)

Ano	Cativos	Total	%	Ano	Cativos	Total	%
1780	5.102	17.923	28,47	1860	76.109	309.476	24,59
1798	11.740	31.644	37,10	1861	77.588	344.227	22,54
1802	12.970	36.721	35,32	1862	75.721	276.446	27,39
1803	...	36.721	...	1863	77.419	392.725	19,71
1808	+50.000	...	1872	67.748	434.818	15,59
1814	21.445	70.656	30,35	1874	98.450	462.542	21,28
1819	20.611	66.665	30,9	1881	81.169
1840	40.000	1883	62.138	700.000	8,80
1846	30.846	147.846*	20,9	1884	60.136
1858	71.911	285.444	25,19	1885	27.242
1859	70.880	282.547	25,09	1887	8.430	944.616	0,89

FONTE: BAKOS, M. *RS: escravidão & abolição*. Ob.cit. p. 18; BENTO, Cláudio. M. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul*. (1863-1975). Porto Alegre: Grafosul, 1976. p. 119; WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS/SAGRA, 1991. p.33; CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975. p. 346;

¹² Cf. Id. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p. 82, 105, 113 et passim; _____. *O conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: EST, IEL; Caxias do Sul: EdiUCS, 1978.

¹³ TARGA. “A originalidade do Rio Grande do Sul no século 19”. I Encontro de Economia Gaúcha, FEE, Porto Alegre, 16 a 17 de maio de 2002.

¹⁴ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência, sociedade*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2006.

¹⁵ Cf. ZARTH, Paulo Afonso. "Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século 19". Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFF, 1994. P. 137.

¹⁶ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975; BAKOS, M. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul. 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

Apesar da importância germinal para a compreensão da formação social sulina, não contamos ainda com história geral propriamente dita da fazenda pastoril. Ainda não houve abordagem categorial-sistemática da gênese e desenvolvimento da estância no Sul, ao igual do ocorrido no Prata.¹⁷ Fora artigos e capítulos, raros estudos monográficos discutiram o trabalho e o funcionamento interno dessa unidade produtiva nos três séculos de história sulina. Contamos sobretudo com trabalhos da historiografia municipal e com estudos sobre a arquitetura da fazenda pastoril.¹⁸ Atualmente, foram concluídos ou estão em desenvolvimento trabalhos acadêmicos que prometem salto de qualidade no conhecimento do tema.¹⁹

Capitalismo Pastoril

Em 1978, em “A estância gaúcha no sistema escravista brasileiro”, publicado no Caderno de Sábado, o historiador Décio Freitas, então marxista, afirmava que o pastoreio sulino funcionava apoiado no trabalho livre, não constituindo “modo de produção escravista”. Os cativos das estâncias trabalhavam nas atividades agrícolas e domésticas e raramente nas pastoris. Ao máximo, “um que outro escravo” era “visto, às vezes” no campo, em “tarefas auxiliares”. E eram, em geral, cativos aos quais se prometera a liberdade. Para ele, dominaria “absoluta preponderância de trabalhadores livres” nas estâncias, principalmente porque o trabalho interviria pouquíssimo na produção do boi, processo essencialmente natural, tornando “anti-econômico” a escravidão. Freitas destacava os gastos com o treinamento dos cativos, o pouco uso do cavalo na África Negra, a necessidade de vigilância dos escravizados.

20

¹⁷ Cf., entre outros: ASSUNÇÃO, Fernando O. *Historia del gaucho*. Buenos Aires: Claridad, 1999; BARSKY, Osvaldo. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895*. I. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003; BERTOLINO, Magdalena; CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Montevideo: Banco de Crédito, 1972; MILLOT, Julio & BERTINO, Magdalena. *Historia económica del Uruguay*. Tomo I e II. Montevideo: Fundación Cultura Universitaria, 1991; CARREÑO, Virginia. *Estancias y estancieros del río de la Plata*. Buenos Aires: Claridad, 1999; DOTTA, Mario; FREIRE, Duaner; RODRIGUEZ, Nelson. *El Uruguay ganadero: de la explotación primitiva a crisis actual*. Montevideo: La Banda Oriental, 1974; GELMAN, Jorge & SANTILLI, Daniel. *Historia del capitalismo agrario pampeano: de Rivadavia a Rosas. Desigualdad y crecimiento económico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006; GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. 2 ed. revisada e corregida. Buenos Aires: Solar, 1986. [1 ed. 1954]; HORA, Roy. *Los terratenientes de la pampa argentina: una historia social y política, 1860-1945*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005; MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad en la pampa (1740-1820)*. 2 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004; MONTOYA, Alfredo Juan. *Como evolucionó la ganadería en la época del virreinato*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1984; MONTOYA, Alfredo Juan. *Historia de los saladeros argentinos*. Buenos Aires: El Coloquio, 1970; MONTOYA, Alfredo Juan. *La ganadería y la industria de salazón de carnes en el periodo 1810-1862*. Buenos Aires: El Coloquio, 1971; PINTOS, Anibal Barrios. *De las vaqueiras al alambrado: contribución a la historia rural uruguaya*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1967; QUESADA, María Sáenz. *Los estancieros*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1991; REGUERA, Andrea. *Patrón de estancias: Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la Pampa*. Buenos Aires: Eudeba, 2006; SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964; SESTO, Carmen. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la vanguardia ganadera bonaerense. 1856-1900*. II. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

¹⁸ Cf., por exemplo: PONT, Raul. *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983; SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas: arquitetura rural do Planalto Médio*. Séc. XIX. Passo Fundo: Edição do Autor, 2003; SILVA, Mara Regina Kramer. “Linguagem simbólica de poder: arquitetura rural gaúcha”. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 1996; LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e fazendas. Arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul*. - Faculdade de Arquitetura: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. [Dissertação de Mestrado].

¹⁹ Cf. Por exemplo, EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoril de Soledade: 1867-1883*. Passo Fundo: UPF Editora, 2007 [mestrado]; FARINATI, Luís E. “Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. 1825-65”. Niterói: PPGH UFF, 2007. [doutorado].

²⁰ FREITAS, Décio. A estância gaúcha no sistema escravista brasileiro. CORREIO DO POVO, Caderno de Sábado, 11 de fevereiro de 1978.

Em geral, a proposta de Décio Freitas correspondia à tese defendida pela historiografia tradicional. Em resposta ao artigo, apoiado em dados demográficos de municípios pastoris, o advogado e historiador Sérgio da Costa Franco contraditou aquela afirmação, propondo que, “muito provavelmente”, o trabalho cativo fosse a base da produção pastoril no Sul. Criticou com razão a dedução sobretudo lógica de Freitas da impossibilidade da escravidão no pastoreio. Em 7 de março, na página do leitor do Correio do Povo, Freitas reafirmou que “o trabalho social da produção pecuária era desempenhado por gente livre e nela só esporadicamente aparecia o escravo”.²¹

Em 10 de março, Paulo Xavier, defendera anos antes a tese de Freitas, retrucou em seu artigo semanal ao Suplemento Rural do Correio do Povo, não a Freitas, mas a Fernando Henrique Cardoso, que defendera, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, o pouco uso do cativo nas regiões incorporadas tardiamente ao Rio Grande, nos séculos 18 e 19.²² Citou dados, de 1858, registrados em relatório da Câmara de Alegrete ao presidente da província, sobre 391 estâncias do município, com rebanho de 772.232 vacuns, cuidados por 124 capatazes, 159 peões livres e 527 cativos, com produção anual de 96.529 vacuns, 6.039 muares e 32.558 borregos.²³ A interpretação superficial dos dados sugeria maioria absoluta cabal de cativos naquelas fazendas. Na semana seguinte, voltando ao tema, puxando as orelhas dos historiadores despreocupados em apoiar-se na documentação, reafirmou a importância do cativo no pastoreio, ao publicar mapa estatístico de 1859. O documento, ainda que incompleto, pois faltam municípios e distritos registrava importante número de cativos, ao lado de capatazes e peões.²⁴

Tabela X.

Mapa Numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da Província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no costeiro.

Município	n. fazendas	n.vacuns	Procreo	capatazes	peões	Cativos
Porto Alegre	135	144.000	17.944	61	37	-
Triunfo	48	217.485	27.185	37	18	-
Rio Pardo	40	138.296	17.287	32	34	173
Encruzilhada	100	105.661	21.591	50	58	-
Santa Maria	90	61.905	12.643	55	86	143
Alegrete	391	777.232	96.529	124	159	527
São Borja	568	438.840	87.820	171	339	153
Rio Grande	89	229.000	57000	73	15	-
S. José do Norte	57	110.400	13800	18	-	174
Pelotas	44	59.600	7450	24	11	-
Piratini	63	35.210	8.857	-	62	130
Canguçu	51	67.129	16.878	25	4	-
Jaguarão	238	285.800	48.225	107	-	343
Bagé	260	551.640	66.455	96	41	-
Total*	2310	3.565.078	533.149	912	870	1842

* Os totais são do Mapa

²¹ FREITAS, Décio. Escravos na estância. CORREIO DO POVO, Correio do Leitor, Porto Alegre, terça-feira, 7 de março de 1978.

²² CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. [1ª ed. 1962.]

²³ XAVIER, Paulo. Aspectos da pecuária em Alegrete. CORREIO DO POVO, Suplemento Rural, 10 de março de 1978.

²⁴ XAVIER, Paulo. Mapa numérico das estâncias nos municípios da província. CORREIO DO POVO, Suplemento Rural, 17 de março de 1978, p. 5

Em 1980, retomando sua tese, Décio Freitas publicou o longo ensaio “O gaúcho: o mito da ‘produção sem trabalho’”, defendendo serem o “índio e o mestiço de índio [...], desde o início, [...] trabalhadores ideais para a produção pecuária”, “uma das razões do não-emprego de escravos negros, salvo de maneira acessória, no trabalho da pecuária”. Perfilhando a tese do “capitalismo pastoril sulino”, negou o uso do cativo devido aos gastos de supervisão e vigilância; à pouca adaptabilidade da prática ao trabalho feitorizado, principalmente africano; à existência de uma “massa de trabalhadores [livres] dotados de experiência e tradição pastoris”.

“Não é dizer que não houvesse em absoluto emprego de escravos negros nas atividades pastoris. Em crônicas e inventários, aparecem reiteradas alusões a negros ou escravos ‘campeiros’. [...] os negros, que desempenhavam atividades propriamente pastoris, eram como regra negros forros. Apenas havia emprego de escravos em trabalhos auxiliares do pastoreio nos quais se pudesse exercer vigilância sobre o escravo, como nas arreadas e os rodeios. Afora isso, houve largo emprego do escravo nos serviços domésticos e na produção de subsistência da estância.”²⁵ No mesmo ano, reafirmou essas opiniões em longa introdução à edição de documentos clássicos do século 18 e 19 que abordavam a criação pastoril no Sul, de título que sintetizava sua visão sobre o pastoreio sulino – *O capitalismo pastoril*.²⁶

Em sentido apologético, como Freitas, Guilhermino César definiu a fazenda pastoril sulina como capitalista, no livro póstumo citado: “Só muito mais tarde, entretanto, quando se consolidou o sistema fundiário, através das sesmarias, foi que as estâncias particulares, derramando-se pelo planalto, de leste a oeste, [...] consolidaram em termos de economia capitalista a pecuária, transfundindo novo calor ao povoamento.” “[...] a estância entre nós encarnou a primeira empresa capitalista, foi a primeira entidade desse gênero a desenvolver-se no Rio Grande de São Pedro.” O autor confundia claramente produção mercantil e capitalista.²⁷

Em tese de doutoramento de 1980, baseados em documentação original e na bibliografia conhecida, nos dissociamos da visão da historiografia tradicional, ao negar que “a utilização do escravo nas fazendas de criação tenha sido tão restrita quanto se supõe”, e avançamos que a “utilização do braço escravo nas primeiras fazendas de criação” do Rio Grande estava “definitivamente, comprovada”, e que ele era utilizado “prioritariamente” nas tarefas agrícolas, o que não devia “impedir-nos de reconhecer a existência, **significativa**, do ‘escravo campeiro’”. Subscrevemos a tese da existência não necessária do cativo em todas as fazendas pastoris, e propusemos que a produção pastoril não estivesse assentada no “modo de produção escravista”, sem, logicamente, perfilharmos a tese de um capitalismo pastoril.²⁸ Em trabalho de 1984, completamos nossa primeira leitura, lembrando que, “devido ao caráter pastoril [...] a escravidão” perdia tendencialmente “sua essência coercitiva” e assumia “caráter patriarcal”, o que explicaria a presença do cativo em atividades de difícil controle.²⁹

²⁵ FREITAS, Décio. O gaúcho: o mito da ‘produção sem trabalho’.. GONZAGA, S. & DACANAL, J.H. (org.) RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Pp.7-24.

²⁶ FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

²⁷ Cf. CÉSAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. ob.cit.. pp. 41 e 71.

²⁸ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul : A charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST/ UCS, 1984. pp. 51-3. [Destacamos]

²⁹ MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984; 2.ed. rev. aum. Porto Alegre: UFRGS, 1993. P. 38.

Charqueada e Escravidão

Em leitura voltada prioritariamente à análise da produção charqueadora e da resistência do cativo, reconhecíamos a importante presença do escravizado no pastoreio, mas não elucidava as determinações que levavam a sua presença ou não nessas práticas. Elidia a definição do caráter da atividade pastoril e de seu *status* no contexto da antiga formação social sulina. A definição da fazenda como não necessariamente escravista, deixava em aberto o caráter dominante ou não da produção escravista sulina, apesar dos fortes indícios sociais e políticos sugerindo a enorme coesão-domínio do escravismo no Sul. A dominância da escravidão no pastoreio era o último elo para a definição do caráter predominantemente escravista da antiga formação social sulina.

Algumas razões meta-epistemológicas contribuíram para que o debate travado em inícios dos anos 1980 não prosperasse. Por um lado, a historiografia tradicional, representada pelos eruditos membros do IHGRS, aceitava com dificuldades as decorrências inevitáveis da confirmação documental da escravidão pastoril, pois ela negava as construções ideológicas sobre a ausência de contradições sociais essenciais na fazenda e na antiga formação social sulina. A democracia pastoril era a viga mestra das interpretações apologéticas sobre o passado sulino.

Por outro lado, a definição *sociológica* dos criatórios como produção capitalista, antes de 1888, propunha papel desprezível aos cativos pastoris. Essa interpretação nascia igualmente da dificuldade de compreender o sentido e a importância da presença do cativo no pastoreio, a partir da comprovação de sua existência em fazendas e regiões pastoris. Em efeito, como Freitas propunha corretamente, a constatação da existência de cativos em estâncias não era prova de utilização nas *lides criatórias*, nem de utilização em *todas ou na maioria das fazendas*. Ou seja, dessa constatação não decorria o caráter necessário do cativo na produção pastoril. Havia também *paradoxos aparentes* de difícil elucidação.

A economia pastoril era pouco rentável, como registra a arquitetura das sedes das mais ricas fazendas sulinas, sobretudo se comparadas às casas grandes da área açucareira e cafeicultora.³⁰ Sobretudo o cativo crioulo custava relativamente caro. Depois de 1850, custava uma boiada, das grandes! Mesmo considerando-se a possibilidade de formas semi-patriarcais de escravismo no pastoreio, era sempre perigoso entregar cavalo a um cativo e enviá-lo a trabalhar, sem vigilância, sobretudo próximo às fronteiras. Era permanente o perigo de fuga, sobretudo em situações extraordinárias, como comprovaria a historiografia especializada recente.³¹

A África Negra não conhecia o pastoreio extensivo: em algumas regiões, sequer se utilizava o cavalo. O trabalho pastoril era *menos* penoso, se comparado às práticas charqueadoras, agrícolas, etc. Era mais complexo introduzir o africano no pastoreio do que no eito. E havia, ao menos aparentemente, população livre e pobre capaz de trabalhar nessas lides. A comprovação da presença do cativo no pastoreio requeria igualmente a sua definição como elemento subordinado ou dominante, aleatório ou sistêmico nessas práticas. Era necessário elucidar o paradoxo do uso de braço caro e pouco funcional à atividade, em atividade de baixa rentabilidade, na presença de homem livre habituado a ela.

II. A Evolução da Produção Pastoril no Sul: Técnicas e Produtividade

³⁰ Cf. por exemplo: SILVA. *Antigas fazendas*. Ob.cit;

³¹ Cf. por exemplo: PETIZ, Silmei de Sant'Ána. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

O gado sulino originara-se essencialmente nos animais introduzidos pelos jesuítas, na margem oriental do rio Uruguai, e pelos espanhóis, na margem setentrional do rio da Prata. Esse gado reproduziu-se abundantemente devido às boas condições naturais da região – poucos predadores; inverno e verão benignos; pastos, aguadas e capões abundantes; ausência de graves epizootias, etc. Nas Missões jesuíticas, o pastoreio feito a cavalo e reduzia-se, sobretudo, à vigilância e amansamento dos rebanhos, em *rodeos*, realizados sobretudo pelos "posteiros". Em *Terra gaúcha*, Simões Lopes Neto descreve os postos missioneiros: “Em cada estância havia um grande arranchamento, de quinze e mais casebres, para alojamento do pessoal de trabalho, tirado dos próprios índios, que vinham, revezadamente, fazer um certo tempo de destacamento.”³²

Após dominaram a monta do cavalo, os *charruas* e os *minuanos* serviam-se do animal para caçarem o gado pela carne e couro.³³ A técnica da doma em campo aberto; o churrasco; as boleadeiras; o laço; o mate; o poncho; o tirador, etc. foram invenções dos cavaleiros missioneiros e pampianos, ao contrário do mito da produção pastoril de origem paulista ou ibérica, esposada, entre outros, por Guilhermino César: [...] essa geração de pioneiros consolidou um tipo de estância que deve o seu caráter distintivo muito mais ao paulista que ao modelo rural platino.”³⁴

As determinações do meio, das condições materiais de produção e da situação histórica determinaram que as técnicas criatórias luso-brasileiras continuassem no geral a tradição missioneira. Apesar da importante evolução que conheceu durante os cento e cinquenta anos de escravismo, as atividades pastoris sulinas apoiaram-se sobretudo na reprodução natural e extensiva dos animais. Nos primórdios da ocupação luso-brasileira do litoral, a agricultura associou-se sobretudo a uma produção sobretudo de couros para exportação e ao envio de muares para o Brasil Central. Nesses tempos, as exportações de couros vacuns e cavalares eram prejudicadas pela falta de sal e pela péssima qualidade da barra do rio Grande.³⁵

Em 1897, Alfredo Varela [1864-1943] lembrava que, inicialmente, a “criação era uma indústria secundária. O estancieiro agricultava o trigo, aproveitando do boi apenas o couro que comerciava; pouca era a carne conservada (xarque) aqui fabricada. Ao secar o trigo [ferrugem] e mingando a produção da carne-seca do Ceará, é que a generalidade [sic] dos rio-grandenses entregou-se à criação, todo o mundo [sic] empenhando-se em obter concessões de sesmarias.”³⁶ A venda de charque, sobretudo mas não exclusivamente para os mercados do Brasil, obscureceu e continua obscurecendo a exportação dos couros, cabelo, cinza, etc., para Portugal e, após a decretação da liberdade comercial, em 1808, para a Europa, os USA, etc.

Os couros eram vendidos por peso. Portanto, quanto mais espessos, mais valiosos. Os animais que morrem à míngua, por inanição e desnutrição, engrossam o couro. Conta a tradição que os animais eram encerrados em cercados de pedra e valos ou

³² LOPES NETO, Simões. *Terra gaúcha: história elementar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1998. p. 120.

³³ Cf. por exemplo: FAVRE, Oscar Padrón. *Los Charrúas-minuanes en su etapa final*. Uruguay: Tierra Adentro, 2004; ROSSI, Juan José. *Los charrúas*. Buenos Aires: Galerna, 2002; LARA, Eduardo F. Acosta y. *La guerra de los Charrúas en la Banda Oriental: período hispanico*. Montevideo-Buenos Aires: Talleres de Loreto, 1998. Vol. I.

³⁴ Cf. BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis: panorama histórico-institucional*. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: UCS, EST, 1978; DALCIN, Ignácio. *Em busca de uma terra sem males*. Porto Alegre: Palmarinca, EST, 1993; PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. 2 ed. Revista e melhorada pelo p. L.G. Jaeger. Porto Alegre: Selbach, 1954. I e II; CÉSAR. *Origens [...]*. Ob.cit. p. 89.

³⁵ Cf. GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965. Pp. 40 et seq.

³⁶ Cf. VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul: descrição physica, histórica e econômica*. Pelotas e Porto Alegre: Universal, 1897. Vol. 1. p. 446.

em encerras naturais intransponíveis, com água à disposição, para que consumissem o pasto e morressem lentamente, a fim de aumentarem a espessura do couro. No Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, cortaria-se a ponta da língua dos animais para que se alimentassem com dificuldade, com o mesmo objetivo.³⁷

Coiramas e Fazenda Chimarrã

Como no Plata, inicialmente, praticava-se a caça ao gado pelo couro, matéria-prima valorizada na Europa da época – *vaquerías*. Os animais eram imobilizados com o laço, boleadeiras, lanças terminadas em meia-lua aceradas, com as quais cavaleiros dejarretavam os animais que, imobilizados, tombavam ao solo para serem sacrificados pelo couro, língua e o sebo. As carnes abandonadas ao léu contribuía à proliferação dos cachorros chimarrões, que atacavam, isolados, os bezerros e, em matilhas, o gado graúdo e, até mesmo, cavaleiros.³⁸ Essa economia predatória, praticada nas vacarias e campos *realengos*, com destaque para os arredores de Sacramento, despreocupava-se com a proliferação dos rebanhos, abatendo vacas e bezerros.

Em 1779, o marquês do Lavradio ladrava contra a imprevidência dos coureadores que baixava a qualidade e preço dos couros. “[...] quando querem fazer uma porção de couros, mata-se indistintamente todo o gado que pode ser necessário para completar o número de couros que querem, assim bois, vacas, como bezerros [...]”³⁹ As práticas coureadoras envolviam aventureiros portugueses e espanhóis, charruas, minuanos, guaranis, gaúchos e cativos, utilizados esse para retirar os couros dos animais abatidos e para dirigir as carretas que adentravam os sertões da Banda Oriental, desde Sacramento. Os couros eram exportados após o pagamento dos impostos, em Rio Grande, Montevideu, Buenos Aires e praticava-se ativo contrabando nas costas atlânticas da Banda Oriental.⁴⁰

Segundo o historiador uruguaio Eduardo Palermo: “En 1770, el Cabildo de Montevideo denunciaba que los perjuicios a las estancias de españoles en la campaña eran producto de guaraníes misioneros desertores, que vivían como *infieles*, y que formaban cuadrillas con *vagamundos*, blancos, negros y mulatos vinculados en sus negocios a Río Pardo. Así mismo se cita a los Minuanes como principales actores en los asaltos a las estancias y contrabando de ganado [...]”⁴¹ “[...] como prácticos de aquellas campañas, no solo sirven de baqueanos a cuantos gauderios se ocupan en el ilícito comercio del Río Pardo”.⁴² “Las tolderías de los Minuanes se ubicaban hacia finales del siglo 18 en las nacientes de los ríos Daymán, Arapey e Ibirapuitá, según los anotado por los vaqueros de Yapeyú, quienes agregan que serían unos mil individuos entre quienes se encuentran conviviendo guaraníes misioneros desertados, españoles, portugueses, mulatos y negros “que se han incorporado a aquella nación”.

A valorização do couro e a extinção dos gados chimarrões determinaram a superação tendencial das operações corambreras, com a formação da *fazenda chimarrã*, onde o gado era *costeado* em propriedades já juridicamente delimitadas. Na Banda

³⁷ Informação fornecida pelo engenheiro-agrônomo Humberto Sório Júnior.

³⁸ AIRES DE CASAL, padre Manuel. *Corografía Brasília ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [...]*. São Paulo: Cultura, 1943. [1ª ed. 1817]. Tomo I, p. 95; GIBERTI, H.C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 39..

³⁹ Relatório do marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil de 1769 a 1779, apresentado ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor. CARNAXIDE, Visconde. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: CEN, 1940. p. 327-8. (Brasília, 192) *Apud* CÉSAR. *Origens [...]*. Ob.cit. p. 122.

⁴⁰ Cf., por exemplo: CÉSAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul, EUCS; Porto Alegre: EST, 1978.

⁴¹ PALERMO.

⁴² BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes*. Interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata. Montevideo: Linardi y Risso, 2004, pp.329-330.

Oriental, essas propriedades possuíam força de trabalho muito além de suas necessidades, devido à abundância de alimentos que não podia enviar ao mercado e à necessidade de proteger as propriedades contra ataques de índios e fazer valer os direitos dos estancieiros. [TOURON & ELOY: 1991, 37.] A partir dos anos 1720, no litoral norte, no Estreito, nos campos de Viamão, nos campos de Vacaria, no vale do rio Jacuí, os primeiros sesmeiros marcavam e abatiam o gado alçado, nas suas propriedades sem divisas, e nas proximidades das terras vizinhas. Expedições preavam animais sobretudo nas estâncias missioneiras, pelo couro ou para povoar as estâncias. Esses animais valiam essencialmente pelo couro, graxa e sebo e eram manejados precariamente. Em muitos casos, os novilhos sequer seriam castrados.⁴³ Em 1780, em “Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul [...]”, Francisco Bettamio recomendava a necessidade de obrigar que os “açougues” e “estâncias particulares” não matassem vacas capazes de se reproduzir e que os “estancieiros” capassem os “touros”, quando das “marcações”.⁴⁴

Reconquistado o porto de Rio Grande, em 1776, a partir dos anos 1780, com a gênese do charqueio em grande porte, superou-se o período do simples abate do gado pelo couro e de trato superficial do mesmo. A *fazenda crioula*, de área delimitada e apropriada em forma privada, passou a explorar os gados, inicialmente alçados, a seguir xucros e semi-xucros e, logo, domesticados, pelo couro, carne e sub-produtos.⁴⁵ A rentabilidade da atividade permaneceu baixa e a mão-de-obra disponível cara – *peões* e cativos. Por longo período, a *escassez* de mão-de-obra foi realidade nas duas margens dos rios da Prata.

Tabela 2
Distribuição da Propriedade Rural por Tamanho em 1785 no RS

hectares	Numero estabelecim.	Área em hectares	%
Menos de 20	53	111	0.0
De 20 a 50	2	86	0,0
De 50 a 100	22	1.531	0.03
De 100 a 200	3	397	0.01
De 200 a 500	177	46.379	0.93
De 500 a 1000	36	24.380	0.48
De 1000 a 5000	232	626.980	12.43
De 5 mil a 10 mil	143	1.173.941	23.26
De 10 mil a 20 mil	151	2.029.435	40.20
Mais de 20 mil	22	1.145.628	22.69
Total	841	5.048.868	

Fonte: Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVII*, São Paulo: Companhia Editora Nacional; INL, Fundação Pró-Memória, 1984. p. 53. O RS possui aproximadamente 26 milhões e 800 mil hectares.

Fazenda Crioula

Em 1781, o engenheiro, cartógrafo e brigadeiro Francisco João Roscio registrou a apropriação geral das terras e a rusticidade das técnicas pastoris. Tal era a fome de terra dos grandes proprietários que “toda a campanha” estaria “deserta” apesar dos “campos”

⁴³ C f. GIBERTI. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 39; CÉSAR. *Origens* [...]. Ob.cit. pp. 49 et seq..

⁴⁴ BETTAMIO, Sebastião Francisco. “Notícia particular do continente do Rio Grande”. FREITAS. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 183.

⁴⁵ Seguimos a historiografia uruguaia na utilização da categoria *fazenda crioula*. Sobre a diferença do gado xucro e alçado, ver nota 61.

haverem sido distribuídos. Ressaltou sobre a criação animal: “O modo de criação dos bois e cavalos também é tal qual o permite a natureza. Deixam-se crescer e ter produção nos campos sem mais cuidado que o de os perseguir todas as tardes a longo galope até os juntarem no meio de um grande campo, limpo de matos, onde costumam ter uma estaca ou pau [...] à roda do qual dormem os animais perseguidos da batida do campo. A este lugar chamam rodeio.” Ao propor *perseguição* aos animais, “todas as tardes”, certamente não se referia ao mesmo rodeio, como veremos.

O brigadeiro refere-se sobretudo aos momentos anteriores às charqueadas, ao assinalar que os *bois* eram ainda mortos sobretudo pelos couros: “No tempo conveniente ao transporte matam todos aqueles bois que podem ter couros de valor de 12 até 16 tostões [...]; e a carne que não podem comer deixam no campo às aves de rapina [...]”⁴⁶ Em *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, Varela propôs que, no início do século 19, o RS exportava uns trezentos mil couros, contanto com uns cinco milhões de cabeças, subindo a produção para 750 mil couros, em média, em 1850-54, com uns onze milhões de animais. A estimativa da população bovina sulina para fins do 19 é certamente excessiva.⁴⁷

A domesticação dos bovinos constituiu o primeiro grande salto, da fazenda *chimarrã* à *crioula*. A castração dos novilhos pacificava os rebanhos e favorecia o engorde dos capados. Bovinos inteiros ganham mais peso pelo efeito anabólico dos hormônios testiculares, mas levam mais tempo para acumular gordura; castrados, ganham menos peso, mas produzem melhores carcaças pela deposição de gordura. Em 1817, em *Corografia brasílica*, obra de síntese sobre o Brasil, o padre Aires de Casal, que não conhecia o Sul, propunha, certamente exagerando, que o gado manso pisoteariam menos os pastos, aumentando a capacidade de sustento dos campos. “[...] de maneira, que o alimento que sustenta quatro mil cabeças de gado bravo, pode sustentar oito mil de manso, cuja carne é mais saborosa que a daquele.”⁴⁸ O padre parece referir-se ao maior povoamento de um campo, permitido pelo amansamento do gado. É certo que animal arisco e reativo engorda menos do que os costeados.

Inicialmente, nos pampas do Plata e do Rio Grande, os gados xucros e alçados eram mantidos nos limites imprecisos das estâncias, contidos em forma limitada por posteiros, peões e barreiras naturais [riachos, rios, florestas, etc.], quando entrava em crise a tendência dos bovinos ao sedentarismo, como veremos. Com destaque para a Argentina, muito cedo, abriam-se enormes fossos, às vezes associados cercas vivas, para impedir o extravio dos animais. No RS, essa prática não foi desconhecida. Logo, os gados xucros e alçados foram domesticados através da formação de *rodeios*, como sugere o brigadeiro Roscio, já em 1781. Estudos recentes registram, em regiões do RS, o amansamento relativo e tardio dos animais, mesmo em meados do século 19.⁴⁹

Importante característica comportamental do gado *vacum* é *aquerenciar-se pelo manejo diário ou semanal*, pelo menos. Ou seja, se não lhe falta pasto e água, o gado come, com os semelhantes, de dia e de noite, para, após as longas refeições, ruminar. Ao fim da ruminação, clímax de prazer e tranqüilidade bovina, descansa deitado. Por terem trânsito intestinal mais rápido e um menor aproveitamento do bocado ingerido, os equinos comem durante tempo maior e, por essa razão, são mais ativo, dispersando-se com

⁴⁶ ROSCIO, Francisco João. Compêndio noticioso do continente do Rio Grande do Sul. Revista do IHGRS, 1942, ano 22, III e IV trimestre, n.º 87, p. 29-56; FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980. p. 133, 135.

⁴⁷ Cf. VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul [...]*. Ob.cit. p. 444.

⁴⁸ AIRES DE CASAL. *Corografia brasílica*. Ob.cit. p. 97.

⁴⁹ FARINATI, Luís E. “Confinos meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. 1825-65. Niterói: PPGH UFF, 2007. [doutorado].p.

facilidade. Portanto, com recursos suficientes, os criadores forçavam os gados selvagens das fazendas a aquerenciar-se, em geral em um local alto, plano e seco, denominado de *rodeio*, onde eram enterrados um ou mais troncos, para que se roçassem, principalmente na primavera, quando trocavam de pelo. Nos rodeios, os bovinos recebiam sal, que era, a um só tempo, complemento alimentar e chamariz para que se reunissem e pudessem ser revisados. Ainda hoje, essa estratégia quase universal de aquerenciamento ou costeio do gado é empregada nas fazendas maiores do RS.

Formando os Rodeios

A constituição de um rodeio exigia uso intensivo e abundante de mão-de-obra, em geral em regiões distantes da sede da fazenda. Para tal, o gado chimarrão de uma região era reunido, se possível diariamente, e mantido, à noite, em local escolhido, para que se aquerenciasse a ele e se habituasse à presença humana. Nos *rodeios* missioneiros, à noite, acendiam-se fogueiras para que o gado não escapasse entre os vigias.⁵⁰ Pela madrugada, o gado era deixado pastar e beber livremente, desde que não se afastasse muito do *rodeio*, sendo reunido, de novo, para ali ser mantido durante a noite.⁵¹ Os custos da prática eram altos, pois a domesticação do gado de uma fazenda inteira podia exigir meses de trabalho. Parece ter sido comum que os fazendeiros formassem, um por um, os rodeios, conforme os recursos disponíveis, contratando eventualmente peões para tal fim.⁵²

Após aquerenciado, o gado mantinha-se no rodeio, podendo ser manejado por número menor de trabalhadores, se possível, semanal, quinzenal ou mensalmente. O gado domesticado já atendia aos gritos dos peões. Os *rodeios* eram batizados com nomes próprios – rodeio da Figueira, rodeio de Dentro, rodeio do Arroio, etc. Nas grandes fazendas, havia os *rodeios gerais*, obrigatórios, realizados, segundo Severino de Sá Brito, no RS, três vezes ao ano, para “marcar, beneficiar, tropear”. Nessas ocasiões, todos os animais de um rodeio eram meticulosamente reunidos, por um diversos cativos campeiros, posteiros e peões, da fazenda, ou contratados para tal, por um maior salário.⁵³ Em meados do século 20, no município de Rio Pardo, os rodeios realizavam-se quinzenalmente, segundo parece, devido ao ciclo vital da mosca varejeira.⁵⁴

Nas fazendas *menores*, de uma ou duas léguas quadradas, podia-se reunir todo o gado em um só rodeio geral. Quanto maior a fazenda, mais rodeios ela tinha. Em 1820, Saint-Hilaire visitou a imensa fazenda da Boa Vista, que, com seis mil animais, tinha seis rodeios, talvez de mil animais cada, reunidos de oito em oito dias.⁵⁵ O inglês William Mac Cann, que visitou o interior da Argentina a cavalo, nos anos anteriores a 1845, afirmava que era desaconselhável rodeios com mais de três mil animais. Lembrava que, por maior que fossem os rodeios, os animais “se subdividem instintivamente en pequeños rebaños, de unos 50 a 150, que se mantienen siempre juntos”, chamados de “*punta*” [ponta], formados por seus “*propios toros, vacas y terneros*”.⁵⁶

⁵⁰ CARDIEL, José. Costumbres de los Guaraníes. *Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767*. Madrid: General de Vitoriano Suárez, 1918. p. 483. *Apud* CÉSAR, G. *Origens [...]*. Ob.cit. p. 25.

⁵¹ Cf. GIBERTI. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 52.

⁵² Cf. SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964. pp.62-3.

⁵³ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: ERUS, s.d. p. 55 *et seq.*

⁵⁴ Cf. depoimento do dr. Carlos Dario Daudt, julho de 2007.

⁵⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1779-1853]. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-21*. Porto Alegre: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdiUSP, 1974. p. 28.

⁵⁶ MAC CANN, William. *Viaje a caballo por las provincias argentinas*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986. p. 207.

Em 1880, o francês Louis Couty, que visitou e estudou os rebanhos rio-grandenses, anotava que as “pequenas tropas” – pontas – dos rodeios teriam de cem a cento e cinquenta animais.⁵⁷ Na primeira metade do século 20, o número de animais por rodeio teria possivelmente caído um pouco. Em 1917-19, a fazenda do Capão da Fonte, no município de Rio Pardo, com uns 4.300 hectares, e uns 1.750 bovinos, possuía dois rodeios. O “rodeio do Capivari” reunia 910 bovinos e o “da Porta”, 613.⁵⁸

Grandes Despesas

A documentação histórica sulina é rica na descrição dos rodeios. Porém, em geral, não faz distinção entre a *formação* dos rodeios, sua *manutenção*, e os rodeios gerais que, como assinalado, exigiam gastos elevados, havendo, portanto, criadores que as limitavam ao mínimo possível. Em 1808, quando a produção saladeira se estabilizara, o contratador lusitano Manoel de Magalhães registrou que boa parte dos fazendeiros ainda não realizava *rodeios* sistematicamente, devido às “grandes despesas” necessárias: “[...] há muitas fazendas, todas açadas, e a maior parte dos fazendeiros, ainda os mais ricos, apenas têm a quarta parte do gado manso [...] todo o mais é tão bravo como os touros de Portugal que vão aos curros [...]”⁵⁹ Ele refere-se possivelmente à *formação-manutenção* dos rodeios.

Em sua *Corografia Brasília*, em 1817, Aires de Casal refere-se aos rodeios sulinos: “Em cada fazenda há uma colina, ou terreno dos mais elevados determinado com o nome de *rodeio*, plano na sumidade, e com capacidade para receber todo [sic] o gado, onde se ajunta as vezes que se julga necessário. Para isto distribuídos os pastores [sic] a cavalo em torno do gado, começam a bradar-lhe *rodeio, rodeio*, a cujas vozes o gado marcha a trote para o rodeio em fileira, e dividido em mandas de 50 a 100 cabeças, segundo o número que pastam.” O sacerdote descrevia a prática a partir de informação de segunda mão, daí, talvez, a sugestão da reunião necessária de todo o gado em um rodeio geral e a indeterminação da reunião dos rodeios.⁶⁰

Em 1820, Saint-Hilaire, que escrevia o que via, sugeria reais avanços nas técnicas pastoris, na vigência da mesma criação extensiva, em relação ao descrito por Manoel de Magalhães. Referia-se, porém, às fazendas do litoral, de ocupação mais antiga: “A pecuária nesta região pouco trabalho dá. O gado é deixado, à lei da natureza, nos pastos [...]. O único cuidado [...] é acostumar os animais a ver homens e a entender seus gritos, a fim de que [...] deixem-se marcar [...] e possam ser laçados os que se destinarem ao corte e à castração. [...] o gado é reunido, de tempos em tempos, em determinado local, onde fica durante alguns dias [...]. A essa prática chamam ‘fazer rodeio’ [...]” Registrara que nas estâncias devia-se “contar cerca de metade em machos” e que “as vacas” pariam aos “dois anos”, o que é certamente um exagero.⁶¹

Em 1820-30, em muitas fazendas, praticavam-se os rodeios para o amansamento dos gados e os rodeios gerais, para capação, marcação, separação, dos animais por categoria animal. Então, os animais gordos – “prontos” ou “terminados” – e os descartados do processo reprodutivo, eram enviados para as charqueadas. Então, nas fazendas, estaqueava-se apenas o couro dos gados abatidos para consumo, mortos em acidentes, por doenças, etc. Tratava-se de real avanço em relação às *fazendas chimarras*.

⁵⁷ COUTY, Luis. *A erva mate e o charque*. 2 ed. Pelotas: Seiva, 2000. [1ª ed, 1880] p. 166.

⁵⁸ Cf. Caderno de notas nº 1 de João Luiz Gomes, 1918-1920. Arquivo pessoal de Mário Maestri.

⁵⁹ MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul. FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 79.

⁶⁰ AIRES CASAL. *Corografia [...]*. ob.cit. p. 96.

⁶¹ SAINT-HILAIRE, A. de. [1779-1853]. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-21*. Porto Alegre: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdiUSP, 1974. p. 28 e . 117 e . 117.

Desde cedo, houve real pressão das autoridades pelo ordenamento do pastoreio. Já em 1739, o comandante de Rio Grande ordenava aos “estancieiros” do “Estreito até a Guarda do Chuí” que marcassem o “gado e cavalgadura”, sob pena de perdê-los. Temos registros de marcas e sinais, em Viamão, em 1767. Em novembro de 1791, exigiu-se, outra vez, que os criadores marcassem os gados. Nas câmaras municipais, existia livro para o registro das marcas.⁶² Em épocas de fazendas com apenas divisórias naturais, os gados dispersavam-se, sobretudo quando sobrevinham secas e tempestades, dependendo a recuperação da marca do proprietário.

Costumes Rio-Gandenses

Em *Costumes do Rio Grande do Sul*, de 1883, João Cezimbra Jacques, registra que as práticas pastoris não tinham evoluído muito em relação às décadas anteriores, à exceção do quase desaparecimento do gado bravo e da cura das bicheiras (*miíases*) dos animais, produzidas pela deposição dos ovos das moscas varejeiras, que podiam levar à morte, se não tratadas. Em fins dos anos 1870, aplicava-se no RS “saís arsênicos” à ferida.⁶³ Mais tarde, generalizou-se o uso da creolina, aplicado na ferida com esterco seco ou um tufo de lã ovina. O carrapato era importante problema da criação pastoril, segundo registrou Joseph Hörmeyer, que visitou o Rio Grande do Sul na metade do século 19.⁶⁴

Cezimbra Jacques lembrava que os “trabalhos nas estâncias” eram feitos sobretudo no “rodeio”, utilizados para “marcar o gado, castrar os touros e potros, tosar as éguas, apartar novilhos e vacas para tropas que vão para as charqueadas e os açougues, curar os animais e contá-los”. Agregava que, nos Campos de Cima da Serra, “serve mais o rodeio para dar sal aos gados [...]”. Nos anos 1880, quando já iniciara o cercamento perimetral das fazendas com cercas de arame. Para essa época, Cezimbra Jacques propõe que “os gados nas estâncias” estão “quase todos costeados com uma tal educação, que basta os peões” “gritarem dos diferentes pontos do fundo dos campos para que os rodeios se cerrem”. Para ele, “rara” era “a estância em que ainda há gado alçado.”⁶⁵

Em 1897, Varela registrava que o *rodeio* não mudara muito ao finalizar o século, e que, em algumas fazendas, havia ainda gado alçado. Os rebanhos viveriam “à solta, nas várzeas e coxilhas, e só de quando em quando é reunido em pontos determinados”, nos rodeios. Agregava: “Estâncias há (poucas hoje) em que centenas de reses vivem *alçadas*, isto é, não vêm a *rodeio* e se conservam fugitivas, embrenhando-se nos matos ao pressentirem o menor movimento da parte dos trabalhadores das fazendas.”⁶⁶

Severino de Sá Brito conheceu, menino, as práticas pastoril do final do século 19. Em *Trabalhos e costumes dos gaúchos*, publicado em 1928, registrou que, apesar do aquerenciamento dos gados, havia animais vacuns e cavaleiros renitentes, que, chamados ao *rodeio*, escondiam-se nos matos, apesar dos mosquitos e mutucas, ou investiam, sobretudo no caso de touros e bois, contra os cavaleiros. Esses animais rebeldes que desorganizavam os rebanhos eram perseguidos e, não raro, mortos, até mesmo com tiros de fuzil.⁶⁷ Estudando o município de Alegrete, Luis Farinati sugere diferenciação do

⁶².. Anais do Arquivo Histórico do RS. V 1. Porto Alegre: IEL/DAC/SEC, 1977. P. 95; XAVIER, Paulo. Regulamentação do uso de marca. CORREIO DO POVO, Suplemento Rural, 13 de outubro de 1978. p.5

⁶³ Cf. COUTY. *A erva [...]*. Ob. cit. P.175.

⁶⁴ Cf. HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. D.C. Luzzatto: EDUNI-SUL, 1986. p.59.

⁶⁵ JACQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Porto Alegre: ERUS, 1979. p. 63-6.

⁶⁶ VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 446.

⁶⁷ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: ERUS, s.d. pp. 50 et seq.

gado xucro e alçado, que parece descrever a diferença entre os animais semi-domados e selvagens, assinalada por Severino de Sá Brito.⁶⁸

Referindo-se aos anos 1830, **Nicolau Dreys** assinalou que os animais eram marcados e castrados nos rodeios semestrais.⁶⁹ Portanto, reduziu de três para dois os rodeios gerais, propostos por **Sá Brito**, para fins do século 19. De abril a julho e de setembro a outubro, capavam-se os touros de mais de três anos.⁷⁰ Para **Cezimbra Jacques**, a “castração dos touros” era “feita em geral em tempo frio, o que convém muito para que não se arruíne o corte resultante dessa operação. Para fazê-la, pára-se o rodeio, aparta-se os touritos de três a quatro anos, leva-se-os para a mangueira, ou mesmo no rodeio [...]” Após a operação, o “touro” tomava o “nome de novinho”. **Cezimbra Jacques** tem já como normal a existência de mangueiras nas fazendas.⁷¹

Em fins dos anos 1870, respeitava-se comumente a proporção um touro para vinte a sessenta vacas. A moderna zootecnia ensina que um touro para sessenta vacas esgota o animal reprodutor, limitando-se as concepção. **Louis Couty** descreve a castração, em fins dos anos 1870: “Esta ablação dos testículos é, porém, muito rápida; o touro laçado nem bem foi laçado [e lançado] por terra, que o peão já, com sua faca comum longa e forte, faz uma incisão nas bolsas, cortou os cordões e tirou os testículos [...]”⁷². A faca de castração, mais curta, possuía a ponta arredondada.

Divisórias naturais, valos, alambrado

Nos anos 1830, **Nicolau Dreys** lembrou a grande extensão das fazendas sulinas, ao destacar suas divisas naturais. Por mais de meio século, elas não seriam cercadas com arame: “Estância perfeita, e que mais segurança oferece aos interesses do especulador, é aquela que é cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor que tudo, rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo, e mais resguardada está a fazenda das depredações dos roubadores, e mesmo dos viajantes.”⁷³ Acidentes geográficos ou “marcos” em geral de pedra registravam os limites das propriedades.⁷⁴

Em 1883, **João Cezimbra Jacques** referiu-se ao uso, nas décadas anteriores, de “encerras” para controlar o gado selvagem: “Era então preciso fazer-se nos rincões as encerras, que constituíam em aproveitar-se a curva natural de um rio inacessível e fazer-se aí uma grande cerca com abertura tal que facilitasse bem a entrada; assim preparada a encerra, saíam os camponeses [sic] como para pararem rodeio e levantavam o gado de todas as partes do campo a toda disparada, fazendo cada ponta de gado convergir para essa espécie de cerca.”⁷⁵

Antes do advento do arame liso e a seguir farpado, segundo parece introduzidos no Rio Grande desde 1875 e 1885, respectivamente, como veremos, era habitual a construção, para deter os gados, de fossos profundos e de cercas de pedra [taipas de pedra] e de vegetais espinhosos. Ao lado dos valos, construía-se também cercas vivas espessas. Em 1780, **Bettamio** propôs que se fizessem, no Sul, cercas de “pedra, de tijolo, de arvoredo que pegue, como figueiras bravas, corticeiras, salso, e limão, de tunas, ou

⁶⁸ FARINATI. “Confins meridionais [...]” Ob.cit. p. 293.

⁶⁹ DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva [...]*. Ob.cit. p. 94.

⁷⁰ Id.ib. p. 95-6.

⁷¹ JACQUES. *Costumes [...]*. Op.cit. p. 66.

⁷² Cf. COUTY. *A erva [...]*. ob.cit. 169, 171.

⁷³ DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva da província do Rio Grande do Sul de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Porto Alegre: Nova Dimensão; EdiPUCRS, 1990. [1ª ed. 1839.] p. 94.

⁷⁴ Cf. CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *A divina pastora: romance*. 2 ed. Porto Alegre: RBS, 1992. [1ª ed. 1847].

⁷⁵ JACQUES. *Costumes do Rio Grande do Sul [...]*. Ob.cit. p. 65.

gerumbebas, e de caraguatás [...]”⁷⁶ Essas cercas custosas eram feitas sobretudo para proteger as plantações e na construção de bretes, encerras e corredores. Inventário de fazenda pastoril de Rio Pardo, de 1805, registra, além de “casa coberta de telhas”, “árvores frutíferas, mas arvordos cercando horta e lavoura”.⁷⁷

Na Argentina, enormes propriedades eram protegidas perimetralmente por fossos, cavados por trabalhadores assalariados especializados, pagos por mês ou produção.⁷⁸ Nas fazendas das Pombas e do Capão da Fonte, no município de Rio Pardo, se veria, ainda, nos anos 1940, vestígios de fossos cavados, na forma de trapézio invertido, com 1,5 metros de profundidade, e dois metros de largura.⁷⁹ O historiador e arquiteto Nery da Silva encontrou vestígios de mangueira cercada por fosso, de 1,30 de profundidade e 1,80 de largura, na fazenda dos Vida, no Planalto Médio.⁸⁰

Baixa produtividade

Era baixa a produtividade-rentabilidade da fazenda crioula sulina. O inglês John Luccok viveu no Brasil de 1808 a 1818. Em viagem ao Sul, referindo-se às regiões próximas a Pelotas, afirmou que a “cada três léguas quadradas [treze mil hectares] atribuem-se quatro ou cinco mil cabeças de gado, seis homens e uns cem cavalos [...]”. Portanto, de 2,6 a 3,3 hectares por animal, e de 834 a 667 animais por trabalhador.⁸¹ Em 1817, o padre Aires de Casal, em *Corografia Brasilica*, propunha que, em “terreno plano”, de três léguas, criavam-se de quatro a cinco mil animais. Ou seja, uns três hectares por animal.⁸²

Nos anos 1820, no agro bonaerense, estimava-se que uma “suerte de estância” [1.875 hectares] sustentava entre oitocentos a mil animais – um animal por de 2,3 a 1,9 hectares.⁸³ Na Banda Oriental, uma propriedade de tal dimensão, necessitava da “fuerza de trabajo familiar y acaso algún peón”.⁸⁴ Dreys afirmava que em cada légua de sesmaria, ou seja, légua quadrada [4.356 ha.], seriam criados de 1.500-2.000 cabeças de gado. Uma lotação de 2,2 a 2,9 hectares por cabeça. Nos anos 1845, o inglês William Mac Cann, referindo-se à Argentina, lembrava que essa relação variava segundo a qualidade da terra. No sul da província de Buenos Aires, de terras menos ricas, era necessário uma légua para mil animais. Porém, no norte da mesma região, de terras superiores, uma légua mantinha de duas a três mil cabeças de gado vacum, uns 450 cavalos e de quatro a cinco mil ovelhas.⁸⁵

Em 1861, fazendeiro de Cerro Largo [Uruguai] propunha que “una legua cuadrada de nuestros buenos terrenos no puede contener más de 2.000 reses de procreo, cuya renta anual no excede de 150 novillos”. Uma lotação da de 2,2 hectares por animais

⁷⁶ BETTAMIO, Sebastião Francisco. “Notícia particular do continente do Rio Grande”. FREITAS. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 158.

⁷⁷ DAL BOSCO, Setembrino. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul. [1780-1889]*, Dissertação de Mestrado, PPGH da UPF, Passo Fundo, novembro de 2008. p. 87.

⁷⁸ Cf. SBARRA, Noel H. *Historia del alambrado en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964.

⁷⁹ Entrevista a Carlos Dario Daudt, em sua residência em Porto Alegre, em 1º de julho de 2007.

⁸⁰ Cf. SILVA. [...]. Ob.cit. p.100.

⁸¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. [séc. 19]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1975. p. 144.

⁸² AIRES CASAL. *Corografia [...]*. Ob.cit. p.96.

⁸³ Cf. GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 47.

⁸⁴ TOURON, Lucia Sala de & ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Tomo II: sociedad, política e ideologia. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991. p. 54.

⁸⁵ MAC CANN, William. *Viaje a caballo por las provincias argentinas*. Buenos Aires: Hyspampamérica, 1986. p. 207.

e uma valorização de 7,5%.⁸⁶ Em 1865, o **conde d'Eu** registrou que, nos arredores de Rio Pardo, calculava-se “que uma légua quadrada” poderia “sustentar 3.000 reses de gado vacum”. Ou seja 1,5 hectares por animal.⁸⁷ Em trabalho de 1880, **Louis Couty** propunha que uma légua quadrada suportaria de dois mil a dois mil e quinhentos animais.⁸⁸ De 1,7 a 2,2 hectares por animais. Em 1883, **Cezimbra Jacques** anotava: “Calcula-se aproximadamente que nestes estabelecimentos pode-se criar folgadoamente numa légua quadrada de campo, de 1.500 a 2.000 cabeças de gado.” De 2,2 a 2,9 hectares por animal.⁸⁹

Estudos monográficos precisarão a taxa média de povoação bovina no Sul. Porém, os dados assinalados sugerem que, através do século 19, essa taxa, com leve aumento, deve ter variado em torno dos 2,5 hectares por animal. Na **fazenda do Capão da Fonte**, em 1917-19, a taxa de povoamento era de 2,5 hectares por animal vacum. Esse longo equilíbrio registrava a mesma capacidade de alimentação animal do pasto nativo. O que não significa que a produtividade pastoril não evoluíra, quanto à mão-de-obra necessária para trabalhar os rebanhos, à taxa de procriação, à idade de venda dos animais, etc., elementos que exigem pesquisas muito mais detalhadas.

Desfrute animal

Em 1897, **Alfredo Varela** afirmava que, no início do século 19, “quem possuía mil reses vendia sessenta”. Um aproveitamento anual de seis por cento.⁹⁰ Vimos que a historiografia argentina especializada propõe que, em início do século 19, de oitocentos a mil animais produziam anualmente umas noventa cabeças de gado. Uma taxa de desfrute de uns nove por cento.⁹¹ A baixa rentabilidade se devia ao tempo de criação e à idade de abate. **Saint-Hilaire** registrou que o gado era “marcado com um ano de idade, para ser vendido com 3 ao 5 anos”.⁹² Uma avaliação talvez otimista. Nos anos 1830, **Dreys** propunha que apenas os “novilhos” de “cinco anos para cima” eram vendidos às charqueadas.⁹³ Então, os couros pesados acresciam valor aos animais.

Em 1820, no início de sua viagem pelo Sul, **Saint-Hilaire** registrou: “A maior parte dos estancieros afirmam [sic] ser possível um criador vender todos os anos uma quinta parte de seu gado [...]. Outros são acordes em que esse número poderá subir a um quarto e até a um terço.” Mais tarde, deparou-se com criador que propôs não vender mais que “um décimo dos rebanhos” e que, seu sogro, em Rio Grande, com “6 a 7.000” cabeças, disporia de, no máximo, umas “400”, anualmente. Pouco mais de seis por cento.⁹⁴

Saint-Hilaire, ao assistir, pela primeira vez a um rodeio, anotou, do hospedeiro: “[...] pode-se marcar, anualmente, um quarto do rebanho existente. Quando um estancieiro possui 4.000 bovinos pode marcar anualmente 1.000 novos, donde saem 100 para os dizimeiros. Dos 900 restantes, as vacas (cerca de 450) ocuparão os lugares das que são abatidas ou morrem. Dos 450 machos são deduzidos 50 que morrem de moléstias naturais, ou por acidentes de castração. Poderá então [...] vender anualmente 400 bois ou

⁸⁶ CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Montevideo: Banco de Crédito, 1972. p. 54 e 60.

⁸⁷ EU, Conde D'. *Viagem militar ao Rio Grande o Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981. P. 38.

⁸⁸ Cf. COUTY, Luis. *A erva mate e o charque*. 2 ed. Pelotas: Seiva, 2000. p. 192.

⁸⁹ JACQUES. *Costumes [...]*. Ob.cit. p. 62.

⁹⁰ Cf. VARELA. *Rio Grande do Sul*. Op.cit. p. 444.

⁹¹ Cf. GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 47

⁹² SAINT-HILAIRE, A. de. [1779-1853]. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-21*. Ob. cit. p. 90.

⁹³ DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva [...]*. Ob.cit. p. 95-6.

⁹⁴ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao RS: 1820-21*. Ob.cit. p. 47, 90.

um décimo de seu rebanho normal, cálculo que difere extremamente, a menos, dos fornecidos pelos agricultores [sic] de Porto Alegre. Mas é de crer-se que seja errônea a conta desses últimos, pois também não confere com as dos criadores espanhóis, possuidores de excelentes pastagens.”⁹⁵ Em *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de início do século 19, **Antônio José Gonçalves Chaves**, opulento charqueador de Pelotas, era parcimonioso no cálculo: “As estâncias que têm 10.000 reses costumam vender 600 bois [...]”⁹⁶ Ou seja, seis por cento.

Para **Domingos José de Almeida**, ministro das Finanças farropilha, nos anos 1840, estância de nove léguas [39.204 hectares], com vinte trabalhadores e 18 mil animais – novecentos animais por peão –, produzia 4.050 reses. Dos 2.025 animais possíveis de serem encaminhados ao mercado, em “três anos” [sic], deveria-se descontar 325 novilhos, mortos devido aos cachorros chimarrões, bicheiras, capações, cobras etc. Portanto, o criador venderia uns dez por cento de seus rebanhos.⁹⁷

Variação Significativa

Segundo dados de sete criadores, dos 3º e 4º distritos de Pelotas, no primeiro semestre de 1858, também registrados por **Berenice Corsetti**, o criador de maior produtividade necessitava de 14,52 ha. para *marcar* um novilho e, o de menos, 22,6 ha. Em números globais, em 10,5 léguas de campo, marcariam-se, por ano 2.510 animais – uma média de 18,22 ha. por animal marcado, que registra uma importante variação de produtividade no mesmo município.⁹⁸

Louis Couty apresenta de dez a oito por cento como a taxa normal de desfrute, no Uruguai e no sul do Rio Grande, em fins dos anos 1870, podendo, em “zonas restritas”, atingir de quatorze e até vinte por cento.⁹⁹ No trabalho citado de 1897, **Varela** defendia que o “desfrute” crescera em relação ao início do século, sendo de “duzentas em cada mil rezes” [20%]. Porém, para ele, a qualidade dos animais era baixa, não produzindo os animais abatidos mais de 150 kg. de carne, além do couro, graxa e sebo.¹⁰⁰ Para **Manuel Antônio de Magalhães**, noventa anos antes, o gado de corte sulino alcançaria de 117,6 a 147 kg.¹⁰¹ Possivelmente, os vinte por cento assinalados por Varela nasciam da recuperação do desfrute após ano ou anos atípicos, de baixa reprodução, devido a se secas ou outros eventos. Em 1917-19, a fazenda do **Capão da Fonte** vendeu uns vinte por cento de seus bovinos, além de alguns cavalos e ovelhas. Não sabemos se a taxa de desfrute registrava ano excepcional ou avanço na produtividade.

Secas, invernos rigorosos, epizootias, guerras, etc. intervinham na produtividade dos rebanhos, através dos anos e no mesmo ano, nas diversas regiões do Rio Grande. Os dados parciais reunidos sugerem variação do desfrute de seis e dez por cento, no início do século 19, para um máximo de vinte por cento, nos anos excepcionais, no início do século

⁹⁵ Id.ib. p. 117.

⁹⁶ CHAVES, José Antônio Gonçalves. *Memórias Ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4 ed. São Leopoldo: EdiUnisinos, 2004. p. 247.

⁹⁷ CÂMARA, A.M Corrêa da. Ensaio estatísticos da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO, Ano IV. Vol. IV. Nº 1, Porto Alegre, Typ. Correio do Sul, 1863. CORESTTI, Berenice. “Estudo da charqueada escravista gaúcha [...]”. Ob.cit.

⁹⁸ Cf. CORESTTI, Berenice. “Estudo da charqueada escravista gaúcha no séc. XIX”. Rio de Janeiro: UFF, 1983. P. 104. [Dissertação de mestrado]. P. 80

⁹⁹ Cf. COUTY. *A erva [...]*. Ob.cit. p. 172

¹⁰⁰ Cf. VARELA. *Rio Grande do Sul*. Op.cit. p. 444.

¹⁰¹ Cf. MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul.. FREITAS. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 78.

20, quando começaram a generalizar-se a construção de açudes, banheiros carrapaticidas, invernadas, etc. Em 1920, o major João Luiz Gomes anotou em sua caderneta a compras de arame farpado e pagamento do “aramador” equivalente a mais de vinte meses do salário de um peão.¹⁰²

III. A Mão de Obra e a Evolução da Produção Pastoril no Sul

Uma das grandes razões da baixa produtividade pastoril no Sul e no Plata foi a escassez de trabalhadores. Nos séculos 18 e 19, no RS, Uruguai e Argentina, os trabalhadores livres e escravizados eram escassos e caros. Em 1808, Manoel Antônio de Magalhães reclamava do alto preço do cativo. Dizia que, pelos anos 1780, ele era vendido pela metade do preço então vigentes. Para ele, pelo preço corrente da época, “a pobreza [sic] jamais” compraria um cativo.¹⁰³ Os manifestos das importações de trabalhadores escravizados, por Rio Grande, em 1816-1820, indicam tendência à valorização de preço que vai de uns 120\$000 mil-réis, no primeiro ano, a 200\$000, no último – sessenta por cento em quatro anos.¹⁰⁴

Em 1831-2, no Rio Grande, o preço médio do *negro novo* era de 350\$000.¹⁰⁵ Após o fim do tráfico, em 1850, o trabalhador escravizado valia um patrimônio! Em 1868, o anúncio de venda de charqueada, em Santa Isabel, oferecia cativo homem, de 32 anos, por 1:200\$000 mil-réis. O valor de quatrocentos cavalos ou seiscentas éguas ou cento e cinquenta bois prontos – 3\$000, 2\$000 e 8\$000 mil-réis, respectivamente.¹⁰⁶ A produção anual de fazenda com uns mil e quinhentos animais! A evolução do preço da alforria do cativo, de 1830 a 1880, em Pelotas, registra também essa valorização que acompanharam, de perto, a evolução dos preços na região cafeeicultora de Rio Claro, São Paulo.

Tabela 3

Preço Médio Alforrias Pelotas [RS] e de Cativos em Rio Claro [SP]

Década	Preços	Anos	Preço Médio
1830	341\$666		
1840	527\$620	1843-1847	550\$000
1850	1.853\$333	1853-1857	1.177\$500
1860	1.459.375	1863-1867	1:817\$000
1870	1.153\$700	1873-1877	2:076\$826
1880	919\$173	1883-1887	926\$795

FONTE: ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. “Pelotas: escravidão e charqueada”. Porto Alegre: PUCRS, 1995. Tabela 3.14; DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-192.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 55.

Salários Elevados

¹⁰² Cf. Caderno. Ob.cit.

¹⁰³ MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul. FREITAS. *O capitalismo pastoril.* Ob.cit. pp. 79-80

¹⁰⁴ CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil.* Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978. Pp. 142-169.

¹⁰⁵ “Mapa dos gêneros e mercadorias importadas na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul [...]”. Órgãos Fazendários/Alfândega de São José do Norte, 1832. AHRGS. SIMÃO, A. R. F. “Resistência e acomodação: aspectos da vida servil na cidade de Pelotas. Primeira metade do séc. XIX. Porto Alegre: PUC, 1993. [Dissertação de mestrado]. P. 36;

¹⁰⁶ Atalaia do Sul, Jaguarão, 5 de novembro de 1868.

O salário do peão era elevado, em relação ao preço do gado e à produtividade das fazendas. Em 1737-9, o salário dos peões era de 4\$000/4\$800 mil-réis e a paga dos “domadores”, 6\$400 mil-réis. Nesse então, quando um couro podia valer mais do que o animal vivo, devido ao trabalho de extração, uma vaca custava uns 240 réis! Em 1751, um cavalo custava de 2\$560 a 4 mil-réis e o peão recebia uns 5\$120 mil-réis!¹⁰⁷ Em 1781, o couro de um boi valeria de 12 a 16 tostões [1\$200 a 1\$600 mil-réis] e o salário do trabalhador desqualificado 3\$000 mil-réis – dois couros mensais! Um marinheiro, perceberia 5\$000 mil-réis mensais.¹⁰⁸

Em 1780, o salário mensal do peão era 4\$000 mil-réis – o preço de uma mula domada!¹⁰⁹ Em 1776, pouco antes do desenvolvimento da prática charqueadora, o *novilho* valeria 1\$000 mil-réis.¹¹⁰ Em 1805, inventário de fazenda de Rio Pardo assinala “5\$000 destinado ao pagamento – possivelmente mensal – de um peão domador”.¹¹¹ Em 1820, **Saint-Hilaire** reclamou do fato de “não se” alugar “um peão por menos de 9 a 10 pesos por mês” e falou, para as Missões, de salários de oito patacas por peão.¹¹² Então, o *peso patacão* valia 2\$000 mil-réis. Portanto, salário mensal de uns 18\$000 mil-réis. Porém, a *pataca* valia 320 réis, o que daria salário mensal de 2\$560 mil-réis.

Em 1832, o **conde de Piratini** determinava sobre a administração da sua **estância da Música**, em **Santana de Livramento/dom Pedrito**, que o “peão **Américo**”, com “salário” mensal “extraordinário” de 8\$000, fosse despedido, salvo se ficasse por 6\$400.¹¹³ Então, o “boi de corte” valia 8\$000 mil-réis.¹¹⁴ Um peão mensalista receberia doze bois anuais, a produção de propriedade pastoril de trezentos hectares! Nos anos 1840, **Domingos José de Almeida** propôs que o salário de peão de estância fosse de 20\$000 mil-réis. Acreditamos que se referia a *peões* contratados para as atividade de rodeio, e não mensalistas.¹¹⁵

Em 1841, quando o trabalhador livre escasseava ainda mais, o salário anual do capataz da **estância da Música** era de 600\$000 mil-réis [“moeda fraca”] – 50\$000 mil-réis mensais.¹¹⁶ **Domingos José de Almeida** propôs o mesmo salário para capataz de estância de nove léguas.¹¹⁷ Ou seja, o valor de um cativo crioulo! Segundo o salário oferecido pelo **conde de Piratini**, em 1832, seria necessário de 4,6 anos de salário de um peão, para comprar um cativo – uns 350\$000. Segundo o citado por **José de Almeida**, o soldo de um ano e seis meses de um peão pagaria o cativo. No primeiro caso, o peão receberia, em média, quase um boi gordo por mês! No segundo caso, quase três! O primeiro dado sugere que, mesmo nos anos 1830, era difícil adquirir cativo treinado nas lides pastoris e que o salário do peão pesava muito, impossibilitando as fazendas menores de contrata-lo.

¹⁰⁷. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. V 1. Porto Alegre: IEL/DAC/SEC, 1977. P. 53, 58, 70,274; GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 34.

¹⁰⁸ ROSCIO. Ob.cit. FREITAS. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p, 135; ROSSIO. Ob.cit. FREITAS. Ob.cit. pp. 184 et seq.

¹⁰⁹. ROSCIO, Francisco João. Compendio noticioso do continente do Rio Grande do Sulde São Pedro. RIHGRS, 1942, ano 22, III e IV trimestre, n.º87, p. 271, 285.

¹¹⁰. COSTA, Albino. *A indústria do xarque e a criação de gado no Brasil e na América do Sul*: elementos de estatística e synopse industrial oferecidos ao Congresso Nacional da Republica. Rio de Janeiro: sed. 1905. P. 21.

¹¹¹ *** SDB 94

¹¹². SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 96 e p. 123.

¹¹³. CÉSAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a Estância da Música*: administração de um latifúndio riograndense em 1832. Porto Alegre: EST, IEL; Caxias do Sul: EdiUCS, 1978. p. 44.

¹¹⁴. SOARES, Sebastião Ferreira. [1820-1887]. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. P. 177.

¹¹⁵. CÂMARA, A.M Corrêa da. “Ensaio estatísticos da província de S. Pedro do RS”. CORESTTI, B. “Estudo da charqueada escravista gaúcha no séc. XIX”. Ob.cit. p. 104.

¹¹⁶. CÉSAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob.cit. p. 69.

¹¹⁷. CÂMARA, A.M Corrêa da; “Ensaio estatísticos da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”.. CORESTTI, B. “Estudo da charqueada escravista gaúcha no séc. XIX”. Ob.cit. P. 104.

Como assinalamos, o salário proposto por **Domingos José de Almeida** parece-nos corresponder aos peões contratados episodicamente para os rodeios gerais, o que ocorria igualmente na Argentina. O historiador **Carlos A. Mayo** lembra para as estância bonaerenses de 1740-1820: “Los salarios del trabajador que se contrataba por corto tiempo para realizar tareas estacionales o temporarias eran por lo general más altos que los de aquellos que servían por mes y por períodos más largos.”¹¹⁸

Exploração Pastoril Extensiva

A exploração pastoril extensiva era a exploração mais rentável. Após a *limpeza* dos campos dos nativos, a exploração extensiva aproveitava as possibilidades de expansão vegetativa dos rebanhos, com um mínimo de trabalhadores e, portanto, de gastos com salários e manutenção dos trabalhadores. Fora atividades como o aquerenciamento, ronda, marcação, castração, etc., o trabalho humano pouco intervinha na produção pastoril. A renda do estancieiro provinha do monopólio da terra e, secundariamente, da exploração do trabalho. Em 1819, **Saint-Hilaire** assinalou, exagerando: “Não é raro encontrar estâncias com renda de 10 a 40 mil cruzados. Como quase não há despesas a fazer, tal fortuna tende a aumentar em rápida progressão”.¹¹⁹ Em *Memórias sobre el estado rural del Río de la Plata y otros informes*, o militar e engenheiro espanhol **Feliz de Azara** propôs que um capataz e dez peões se ocupariam de dez mil animais, nas rústicas estâncias de fins do século 18 – novecentos animais por trabalhador.¹²⁰ **John Luccok** propôs, em início do 19, que um peão trabalhasse uns 750 animais.¹²¹

Em *Corografia brasílica*, de 1817, o padre Aires de Casal propunha que, para fazenda de treze mil hectares e cinco mil animais bastavam “seis homens com cem cavalos ao menos”. Um trabalhador para 833 animais.¹²² Não sabemos as duas avaliações incluíam o capataz, os posteiros, os familiares do proprietário. Em 1820, **Saint-Hilaire** falou de fazenda com seis mil animais – uns quinze mil hectares – com capataz e dez peões. Uma média de um peão para 546 animais e 1.364 hectares.¹²³ Sobre o Rio Grande dos anos 1830, **Arsène Isabelle** propôs um trabalhador para mil animais.¹²⁴ Anos mais tarde, **Domingos José de Almeida** proporia um peão para novecentos bois e 1.960 hectares.

A necessidade de trabalhadores teria evoluído através dos tempos. Nas fazendas chimarrãs seriam menores os cuidados dos gados explorados sobretudo pelos couros. Logo, eles cresceram-se, com destaque para a segunda metade do século 19. Em fins do século, o início da difusão de bretes, mangueiras, invernadas, etc., devido à difusão das cercas de arame, facilitou as tarefas pastoris, ainda que os trabalhos tenham se intensificado. Certamente variava a relação mão-de-obra/animais, através das fazendas. Sugerimos para o século 19, como hipótese de trabalho, de oitocentos a quinhentos animais por trabalhador permanente, com decréscimo no final do século. Contam-se como trabalhadores os capatazes, peões, cativos, fazendeiros e familiares envolvidos na produção. Em 1918-20, a fazenda Capão da Fonte teria uns quatro trabalhadores permanentes, fora os diaristas. Uns 450 bovinos por trabalhador.¹²⁵ Mesmo essa última

¹¹⁸ Cf. MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad en La Pampa: 1740-1820*. 2 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004. p. 129.

¹¹⁹ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 57.

¹²⁰ Apud GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 68.

¹²¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. [séc. 19]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1975. p. 144.

¹²² Cf. AIRES DE CASAL. *Coeografia [...]*. ob.cit. p. 96.

¹²³ SAINT-HILAIRE. *Viagem [...]*. ob.cit. p. 123.

¹²⁴ Apud CÉSAR. *Origens [...]*. ob.cit. p. 109.

¹²⁵ Cf. Caderno de notas nº 1 [...]. Ob.cit.

relação registrava produção fortemente extensiva. Em meados do século 19, em vinte hectares, trabalhavam de cinco a mais adultos na agricultura colonial-camponesa.

Poucos Cuidados

A atividade pastoril latifundiário-mercantil assentou-se sobre baixo nível tecnológico e excepcionais condições de procriação natural dos rebanhos. A maior parte da renda do fazendeiro não nascia da extração de sobretabalho dos poucos trabalhadores, mas da apropriação de parte do trabalho excedente produzido em outras esferas sociais. A renda da economia pastoril era essencialmente uma renda fundiária, produzida devido ao monopólio da terra. Não há sentido em definir como camponeses a criadores ou agricultores, proprietários de algumas centenas de hectares, percebendo já renda proveniente da propriedade da terra, ainda que não substancial.¹²⁶

O charqueador vivia sobretudo da renda do trabalho, explorando em alguns casos mais de cem cativos. Era insignificante a renda da terra, devido às pequenas extensões dos terrenos.¹²⁷ O caráter diferencial da renda na charqueada e fazendas pastoris, que podiam pertencer ao mesmo proprietário, explica as distintas condições gerais de existência assinaladas por **Saint-Hilaire** entre cativos charqueadores e pastoris: “Afirmo que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas charqueadas a coisa muda de figura [...]”¹²⁸

Em uma fazenda pastoril, podia-se assalariar *peões* ou comprar cativos. Em teoria, a primeira opção era mais vantajosa. O *peão* era remunerado *após* trabalhar por um mês. Havia peões remunerados plenamente apenas quanto pediam as contas. O cativo exigia pesada imobilização de capital, antes do início das atividades, recuperada apenas após um, dois ou mais anos de trabalho. O *peão* era despedido quando do refluxo da produção. Quando se acidentava ou morria, não causava perdas ao fazendeiros. O mesmo não ocorria com o cativo.¹²⁹ Tanto o *peão* como o *cativo* recebiam moradia, comida, erva mate e, às vezes fumo e, comumente, peças de roupa, como parte da remuneração.

Trabalhadores Hábeis

Os *missioneiros* e nativos *pampianos*, assim como os *gaúchos* e seus descendentes, não necessitavam serem treinados nas lides pastoris, bastante complexas. Ao viajar pelas Missões, **Saint-Hilaire** assinalou: “Os estancieiros desta região, não tendo escravos, aproveitam a imigração dos índios para conseguir alguns que possam servir de peões. Os guaranis são, é voz geral, muito indicados para esse serviço.”¹³⁰ Ainda em 1883, João Cezimbra Jacques registrava que os “gaúchos e peões” eram “oriundos geralmente de indígenas tapes e minuanos”, especializados nas lides campeiras.¹³¹

Apesar dessas condicionantes gerais, a documentação primária registra forte presença de trabalhadores escravizados nas fazendas, estabelecendo, como vimos, um paradoxo aparente. Citamos o caso do Alegrete, em 1859. Em 1857, das 568 estância de **São Borja**, nas Missões, no noroeste da Província, região sem tradição escravista,

¹²⁶ Cf. KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, p. 289

¹²⁷ Cf. ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. "Pelotas: escravidão e charqueadas. (1780-1888)" Porto Alegre: PPGH PUC, 1994 [dissertação de mestrado]; GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPEL, 1993; MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre, EST/US. 1984.

¹²⁸ SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 73.

¹²⁹ Cf. Lei tendencial da “*inversão inicial da aquisição do escravo*”. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. ver. e ampl. São Paulo: Ática, 1988. pp. 165-204.

¹³⁰ SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 109.

¹³¹ JACQUES. *Costumes [...]*. Ob.cit. p. 66.

trabalhariam 171 capatazes, 339 peões e 153 cativos.¹³² Veremos que comumente a presença do cativo em atividades pastoris era imprescindível, mesmo existindo peões dispostos a empregarem-se.

Vimos a presença do cativo na fazenda não significa que trabalhasse sobretudo em funções pastoris como *campeiro*. No Sul, a atividade criatória dominou até fins do século 19. Ao lado das estâncias, tínhamos propriedades dedicadas à agricultura mercantil, com destaque para as *chácaras* nas periferias urbanas, onde o cativo labutava duramente. Em 1820, **Saint-Hilaire** visitou propriedade próxima a Rio Grande com pomar explorado por doze cativos que plantavam também legumes. A mão-de-obra necessária para tratar uns seis mil animais em traze mil hectares! Nos anos 1830, **Arsène Isabelle** referiu-se ao cinturão de *chácaras* que cercavam as cidades sulinas.¹³³ Em 1865, o conde D'Eu anotou o caráter triste de Caçapava e sua risonha “cintura de chácaras com pomares de laranjeiras”.¹³⁴

Apenas agricultura

Havia propriedades predominantemente agrícolas. No litoral norte, **Saint-Hilaire** visitou *estância* com “algumas casas de negros”. A “cultura dominante nas cercanias” era a “mandioca” e o “trigo”. A terra era “lavrada a arado e semeada a mão”, exigindo certamente muito trabalho.¹³⁵ Essas propriedades criavam comumente algum gado, pela carne, couro, transporte, venda. Apesar da dificuldade da associação da plantação à criação, muitas propriedades dedicavam-se às duas atividades.

Saint-Hilaire registrou a proteção das plantações: “Devido ao gado solto nos campos há necessidade de cercar todas as culturas. [...] fazem ao redor das lavouras uma vala profunda tendo ao lado das plantações moitas de verdura [...]”¹³⁶ Em 1833-4, **Isabelle** anotava: “O pouco de cultura que se faz nas chácaras, fazendas e em redor das estâncias, consiste unicamente em plantar mandioca, semear milho, feijão, arroz e alguns legumes [...]. O jardim, ou o campo cultivado, acha-se mais comumente colocado no meio de um mato a fim de preservá-lo da invasão do gado [...]” Sob o termo de mato talvez se referia à “cerca viva”.¹³⁷

As fazendas de criação dominante comportavam tarefas tradicionalmente dos cativos. Era difícil que não possuíssem um arvoredado e uma plantação de subsistência, com abóbora, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho, moganga, moranga, trigo, etc. Em 1832, o **conde de Piratini** instruiu que se plantasse “bastante milho, feijão, abóboras e hortaliça e algum trigo” e que os posteiros, auxiliados por um cativo, tivessem hortas. Ele permitia que os “escravos” plantassem e criassem “galinhas, tendo milho para as sustentar”. Os peões não gozavam da facilidade.¹³⁸ Fazendeiros permitiam que cativos marcassem algumas rezes.¹³⁹

Em 1865, o **conde D'Eu** registrou a pobreza da fazenda sulina, possivelmente comparando-a à cafeicultora: “Não posso facilmente imaginar existência mais triste que a destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos. As suas casas, que nunca têm senão andar térreo, são de taipa, apenas caídas, com tetos de madeira; às vezes sem

¹³² Cf. ZARTH, Paulo Afonso. “Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século 19”. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFF, 1994. P. 137. P. 144.

¹³³ Cf. ISABELLE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. pp.29, 49, 57; SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 83.

¹³⁴ EU, Conde D'. [1842-1922]. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. P. 50.

¹³⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 23.

¹³⁶ Id.ib.ob.cit p. 81.

¹³⁷ ISABELLE, Arsène. [1807-1888] *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1833-1834*. Ob.cit. p. 44.

¹³⁸ CÉSAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a estância da Música*. Ob.cit. pp. 40-3.

¹³⁹ Cf. COUTY. *A erva [...]*. Ob.cit.p. 171.

assoalho e sem janelas [...]! Por detrás da casa há geralmente um espaço com algumas laranjeiras [...], outro em que cresce o feijão e o trigo necessários para o consumo da família. [...]. Além da família do proprietário há sempre nestas residências quatro ou cinco negros e negras para o serviço [...].”¹⁴⁰

A produção e beneficiamento de cereais e de charque; a conservação dos caminhos; o abastecimento em água e lenha; o fabrico de tecidos rústicos, de sapatos, de velas, de artefatos em couro; os trabalhos em madeira; a condução de carretas; o estaqueamento dos couros, etc. eram atividades privilegiadamente dos trabalhadores escravizados. Referindo-se à propriedades menores mistas, **Saint-Hilaire** registrou o trabalho dos cativos nos tarefas agrícolas mais penosas e o emprego da mão-de-obra familiar nas atividades pastoris: “No distrito de **Santa Maria** as terras são, em geral, muito divididas [...]. Todos os proprietários cultivam a terra, ao mesmo tempo que se dedicam à criação de gado. O dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros tratam da plantação [...].”¹⁴¹ Os inventários *post-mortem* fornecem o número de trabalhadores escravizados e de herdeiros, sendo porém impossível saber quando os últimos se ocupavam produtivamente,

Tarefas Pesadas

A abertura de valas divisórias e a construção das cercas [taipas] de pedra eram pesadas tarefas realizadas pelos cativos. Em 1820, em arroio **del Sauce**, na **Banda Oriental**, **Saint-Hilaire** registrou a função e a mão de obra utilizada nessas construção: “As pessoas pobres, sem escravos, não cavam fossos em redor de seus campos [agrícolas], o que os obriga a fazer ronda, dia e noite, para afastarem os animais, e [...] salvarem as colheitas.”¹⁴² Na Argentina, as valas utilizadas para cercar as propriedades eram realizadas por trabalhadores livres, comumente escoceses e irlandeses.¹⁴³

O serviço doméstico era também tarefa habitual de cativos e nativos: cocheiros, cozinheiros, mucamas, pajens, passadeiras, porteiros, etc. Nos anos 1830, **Arsene Isabelle** assinalava que nas fazendas sulinas havia comumente uma “casa dos hóspedes” onde o viajante era servido por “um negro ou índio, sem se comunicar mais com a família do fazendeiro [...]”.¹⁴⁴

Além de trabalhar nas atividades servis mais penosas, o cativo ocupava-se como campeiro, sobretudo nas fazendas maiores. Nesse caso, sua condição de existência melhorava, relativamente, em relação ao cativo assenzalado, assumindo caráter contido tendencialmente patriarcal.¹⁴⁵ Então – até certo ponto – a fuga do cativo perdia relativamente atração. Do outro lado da fronteira, como campeiro, viveria as mesmas condições gerais de produção, porém, como homem livre e recebendo salário. Se pego ao fugir, seria castigado e talvez vendido ou transferido para atividades mais duras. **Cativos campeiros fugiram habitualmente e organizaram, no mínimo, uma sublevação.**

No Planalto, após a Abolição, os cativos ocupados na agricultura desertaram as fazendas, permanecendo apenas os "negros campeiros, laçadores, peleadores e

¹⁴⁰. EU, Conde D'. *Viagem militar ao [...]*. Ob.cit.P. 47.

¹⁴¹. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao RS: 1820-21*. Ob.cit. p. 179.

¹⁴². SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. AA. M. da Costa. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. P. 135.

¹⁴³. Cf. SBARRA. *Historia del alambrado [...]*,p. 17; MAC CANN, William. *Viaje a caballo por las provincias argentinas*. Ob.cit. p.22.

¹⁴⁴. ISABELLE, Arsène. *Viagem [...]*. Ob.cit. p. 35.

¹⁴⁵. Cf. MAESTRI, Mário. *O escravismo antigo*. 15ª ed, São Paulo: Atual, 1994.

domadores” que continuaram nas atividades como peões e capatazes assalariados.¹⁴⁶ Ainda na segunda metade do século 20, um grande número de peões e capatazes empregados nas fazendas pastoris do Rio Grande do Sul eram afro-descendentes. As melhores condições de vida do cativo campeiro, devido às determinações necessárias da produção, foram registradas pela historiografia platina. Carlos A. Mayo lembra, para as estâncias bonaerenses dos anos 1740-1820: “Los esclavos de las estancias rioplatenses no estaban sometidos a los rigores y ritmos extenuantes que agobiaban a los que trabajaban en la plantaciones de azúcar: la ganadería en aquellos campos sin cercos imponía condiciones de trabajo más tolerables.”¹⁴⁷

Cativo campeiro

Em 1832, na estância da Música, trabalhavam o *capataz*, uns quatro posteiros e número indeterminado de peões e cativos. Um dos posteiros era o *índio* Felipe e os cativos seriam, no mínimo, sete, entre eles, Mateus *Campeiro*. Durante a revolta farroupilha, quando havia “dificuldade” “em ter peões”, pois eram arrolados nas forças armadas farrapas e escaparam do Sul em grande número, a fazenda possuía *quatro* roceiros e *seis* campeiros escravizados.¹⁴⁸ Na documentação estudada, temos referências a cativos trabalhando no cuidado dos rebanhos, permanente ou episodicamente. As primeiras referências à criação animal estão relacionadas com a mão-de-obra servil.

Em 1737, na petição de concessão de “légua de terra”, Manuel de Barros Pereira afirma que pretende povoá-la com “dois negros, cavalos e éguas”.¹⁴⁹ Em junho de 1838, quando do terceiro sítio de Porto Alegre, Bento Manuel notificou que “arrebanhara”, nas cercanias da capital, “500 reses” “200 cavalos”, “um rebanho de ovelhas” e “14 negros que cuidavam do gado”.¹⁵⁰ Os inventários de estancieiros registram a existência de cativos nas propriedades, muitos deles sob a rubrica de “cativos campeiros”.

Em levantamento de inventários dos anos 1765-1825, de todo o Rio Grande, Helen Osório assinala que, entre os poucos mais de três mil cativos rurais estudados, apenas cinco por cento aparecem como “campeiros” ou “domadores”. Um número pequeno que se deve à incapacidade da documentação estudada de registrar o fenômeno. Tomada ao pé da letra, sugeriria a quase inexistência de cativos campeiros.¹⁵¹

Na lista de 894 homem e cinquenta mulheres escravizados que teriam fugidos durante a Farroupilha para o Uruguai, estudada por Silmei Petiz, dos 274 que tinham profissão registrada, 178 eram campeiros, dezoito domadores, quatro “cavaleiros” e três “ginetes”. Ou seja, 23% dos fugidos relacionavam-se com o pastoreio – 65% dos arrolados com profissões. Os números elevados referem-se aos anos em que o meridão sulino foi convulsionado pela guerra, ensejando melhores condições de fuga.¹⁵²

Dos 1 264 cativos de ambos os sexos arrolado por Setembrino Dal Bosco ao estudar as fazendas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria, de 1819 a 1888, 13,7% haviam sido

¹⁴⁶.. GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e evolução das estância serranas*. Cruz Alta: A. Dal Forno, 1966. P. 344. *Apud.* ZARTH, P. A. *História agrária do Planalto Gaúcho*. 1850-1920. Ijuí: EdIJUÍ, 1997. P.117.

¹⁴⁷ Cf. MAYO. *Estancia [...]*. Ob.cit. p. 199.

¹⁴⁸ Cf. PETIZ. *Buscando a liberdade [...]*. Ob.cit.; CÉSAR. *O conde de Piratini e a estância da Música*. Ob.cit. p. 66.

¹⁴⁹. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. V 1. Porto Alegre: IEL/DAC/SEC, 1977. P. 45

¹⁵⁰. Ofício de 16/06, de Aldeia dos Anjos, AHRs, doc. N.º 7737 da Coleção Varela. *Apud.* FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolta Farroupilha*. 1836-1840. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 85.

¹⁵¹ OSÓRIO, Helen. “Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII”. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. [exemplar xerocopiado]. P. 9.

¹⁵² PETIZ. *Buscando [...]*. Ob.cit. p.142.

registrados como campeiros e 0,6% como domadores. A proporção de *cativos campeiros* sobe para 41% se contarmos apenas os cativos com profissões declaradas e para 46% se subtrairmos do rol das profissões os cativos domésticos e cozinheiros – 103 cativos. Considerando que, no geral, havia 62% homens para apenas 38% de mulheres nas fazendas, podemos perceber a importância da atividade campeira para essa população escravizada. Havia 73 cativos e cativas assinalados como roceiros/lavradores – segunda atividade mais numerosa.¹⁵³

Nery Auler da Silva identificou nos inventários de seis fazendas do Planalto Médio, de 1820 a 1888, 72 cativos, 42% mulheres e 58% homens – doze cativos por fazenda. Um número elevado, em parte explicado pela enorme dimensão de algumas fazendas e pelas produções agrícola e ervateira, em geral associadas à criação. Dos onze cativos do sexo masculino com ocupação assinalada, sete foram registrados como “campeiros”: 17% dos cativos homens; 64% das profissões relacionadas. Números próximos aos obtidos na lista de fugas durante a Farroupilha.¹⁵⁴

Maria Beatriz Eifert arrolou 113 cativos em estâncias estudadas de Soledade, em 1867-83. Uma população relativamente jovem e equilibrada, quanto ao sexo – 5,4 cativos por fazenda. Os raros cativos que tiveram a função assinalada nos inventários – 7% do total – eram “campeiros” – sete – e “domador” – um. Dois campeiros e um domador tinham entre 40 e 45 anos, idades avançadas, para trabalhadores escravizados. Três outros tinham entre 18 e 23. Há um cativo de oito anos assinalado como campeiro, talvez erro de registro, visto o preço elevado.¹⁵⁵

O cativo africano e o pastoreio

O registro de cativos campeiros na documentação do 18 e 19 coloca dois importantes problemas, que apenas começam a ser discutidos. Qual o sentido da designação de um cativo como “campeiro” e a relação da mão-de-obra escravizada com a livre nas fazendas pastoris Sul, do ponto de vista numérico, comportamental, etc. Abordaremos, em forma exploratório a primeira questão.

Apesar de conhecer a criação bovina, o africano desconhecia o pastoreio extensivo montados. Ignorado em regiões da África, o cavalo era em geral monopólio das elites guerreiras. O aprendizado das lides campeiras é longo, complexo e realizado desde a infância, em geral a partir dos oito anos. Apesar da documentação registrar diversos africanos como “cativos campeiros, estudos sistemáticos comprovarão possivelmente que os cativos nascidos ou criados nas fazendas foram utilizados privilegiadamente nas lides pastoris, como peões, na acepção plena do termo. O que não quer dizer que não houvesse africanos nessas práticas, especialmente em regiões de constituição recente da produção pastoril, onde chegaram a dominar.

Devido sua complexidade, a utilização de africanos nas tarefas pastoris não era processo equivalente à introdução nas práticas da agricultura de exportação, realizadas com um enxado, no eito, em equipe, supervisionado por feitor. Na África sub-saariana, a mulher dedicava-se privilegiadamente às práticas horticultoras e o jovem, na infância e na primeira juventude, labutava ao lado da mãe na policultura, servindo-se para tal da enxada, em geral de cabo curto.¹⁵⁶ Aprender a cavalgar com maestria para bolear ou laçar animal, em campos sem divisas, para derrubá-lo, apealá-lo, marcá-lo, castrá-lo, domá-lo, carneá-lo, etc., exige treinamento que requer anos. Ainda hoje, a cena de peão

¹⁵³ DAL BOSCO, Setembrino. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul. [1780-1889]*, Dissertação de Mestrado, PPGH da UPF. Passo Fundo, novembro de 2008. p. 135

¹⁵⁴ SILVA. *Antigas fazendas [...]*. ob.cit. p. 219-20.

¹⁵⁵ EIFERT. *Marcas [...]*. pp. 71-7.

¹⁵⁶

perseguindo animal, à rédea solta, em uma quase simbiose com o montaria, aparentemente despreocupado com o terreno, à espera do momento para lançar o laço, define a complexidade das tarefas pastoris, agravadas, então, pelos animais bravios e campos abertos. Para formar-se domador, o aprendizado era mais longo e perigoso.

Em campos abertos

Em fins dos anos 1830, em *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*, Daniel P. Kidder descrevia o ato de laçar: “Os cavalos são admiravelmente ensinados para a caça [sic] ao gado selvagem, e, quando o vaqueiro atira o laço, eles sabem exatamente o que devem fazer. Às vezes quando a rês é bravia, o cavaleiro esbarra o cavalo e salta enquanto o boi continua correndo até esticar o laço de couro cru. O cavalo vira-se e firma-se no chão para esperar o golpe que o animal em disparada há-de fatalmente dar. O boi que não espera a parada repentina, esparrama-se no chão. Levantando-se novamente, atira-se contra o cavalo par chifrá-lo, mas, este, em disparada mantém a distância até que o boi, convicto de que nada poderá fazer, tenta novamente fugir e novo golpe do laço dá-lhe com os costados em terra. Assim, vencido pela fadiga, o pobre animal entrega-se inteiramente aos seus captores.”¹⁵⁷

As tarefas de um peão exigiam trabalho especializado e força física, para o manejo, a cavalo e a pé, dos animais. Nesse sentido, os trabalhos pastoris eram – e ainda são – exercidos privilegiadamente por jovens e homens adultos que, ao envelhecerem, comumente, assumiam as funções de capatazes ou se afastavam do exercício pleno dessas funções. Um africano que chegasse ao Sul com quatorze anos, dificilmente se transformaria em *peão*, na acepção do termo, antes dos vinte. A dificuldade do aprendizado da arte era acrescida pelos problemas postos pela língua e pela habituação à nova situação.

Uma realidade com a qual os criadores defrontaram-se, sobretudo nos primeiros momentos e em regiões de ocupação recente, onde escasseava ainda mais a mão-de-obra livre e era necessário constituir, por compra, a força de trabalho pastoril. Então, cativos novos, jovens e adultos, seriam destinados a essas tarefas, envolvendo-se em aprendizado que se cumpriria, possivelmente, com o passar dos anos, em forma mais ou menos completa. Nos 150 cativos registrados em inventários de fazendas de Rio Pardo, de 1781 a 1809, estudados por Setembrino Dal Bosco, 41,4 % foram assinalados como africanos ou *novos*, enquanto os pardos, mulatos crioulos e cabras, somados, perfaziam 38% – para 20,6% não informados.¹⁵⁸ Nesse momento de expansão das fazendas da região, seria importante o número de cativos africanos nas estâncias.

Na documentação, cativos crioulos de quatro, seis e oito anos arrolados como “campeiros” sugere que eram *destinados* e *envolvidos* em diversos níveis nos múltiplos trabalhos dos campos, das tarefas mais simples às mais complexas. Eles não podem, em forma sumária, serem identificados a verdadeiros campeiros, mesmo quando eram assim designados.¹⁵⁹ Em 1883, Cezimbra Jacques anotava em *Costumes do Rio Grande do Sul*, que os estancieiros tinham a disposição “um capataz e um certo número de peões ou, em lugar destes, os escravos”. Ao referir os trabalhos pastoris, assinala que, “ao raiar do sol”, quando o “rodeio” estava “cerrado”, “crianças de seis a dez anos de idade, montadas a

¹⁵⁷ KIDDER, Daniel P. [1815-1891]. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1980. p. 249; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. [séc. 19]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1975. p. 137.

¹⁵⁸ DAL BOSCO, Setembrino. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul. [1780-1889]*, Dissertação de Mestrado, PPGH da UPF. Passo Fundo, novembro de 2008. p. 104

¹⁵⁹

cavalo”, percorriam ao “redor” do gado, impedindo que dispersasse. Depoente assinalou o meso, em meados do século 20, no município de Rio Pardo.¹⁶⁰

Cezimbra Jacques registra a idade inicial do aprendizado das atividades pastoris por crianças livres e cativas, nas quais seriam incorporadas plenamente a partir de uns quinze anos, após seis e mais anos de prática, conforme a constituição física e o aprendizado. A descrição explicita o sentido dos registros de crianças como “cativos campeiros”. Possivelmente, quando necessário, africanos seriam utilizados como mão-de-obra de apoio, preparando-se para as atividades pastoris propriamente ditas.¹⁶¹ Nas fazendas consolidadas, crianças cativas seriam destinadas, desde a tenra idade, para essas tarefas. Uma realidade favorecida pela possível expansão demográfica dos escravizados das fazendas pastoris. Essas realidades serão elucidadas por investigações mais detalhadas.

Expansão Demográfica

A provável expansão vegetativa da população escravizada das fazendas sulinas é fenômeno ainda não elucidado pela historiografia sulina. Trata-se de hipótese já avançada pelo historiador Décio Freitas, devido: “Essa peculiaridade da escravatura gaúcha autoriza suscitar a hipótese da ocorrência de um processo de crescimento natural da população escrava.”¹⁶² É crível que a expansão vegetativa, nas fazendas pastoris, dos cativos novos, comprados antes de 1850, tenha garantido as necessidades gerais de cativos do Sul, após o fim do tráfico transatlântico, com destaque para a atividade criatória, até o início do processo de desescravidão tendencial dos latifúndios pastoris, segundo parece, a partir de 1870.

Temos dados estatísticos mais precisos para 1859, quando o tráfico negreiro internacional interrompera-se havia dez anos e ocorria já forte tendência ao equilíbrio sexual entre a população cativa. Nessa época, as crianças escravizadas de até *dez anos* tinham nascido, fora exceções desprezíveis, no Brasil, de mães crioulas ou africanas. Se compararmos os dados demográficos desse ano de cinco municípios rio-grandenses – dois 'urbanizados' e três de tradição pastoril –, notaremos que todos os municípios apresentam desequilíbrio da população servil, de até dez anos, em relação à população geral. Porém, Porto Alegre e, sobretudo, Pelotas, encontravam-se em desvantagem, em relação a municípios de tradição pastoril, como Alegrete e Bagé, ou agrícola-pastoril, como Passo Fundo.

TABELA 4
CRIANÇAS ESCRAVIZADAS EM RELAÇÃO
À POPULAÇÃO TOTAL – 1859 - (ATÉ DEZ ANOS)

	Idade	-10	Total	35-45	Total	Geral	% de 2/5
Município		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
Pelotas:	M	492	968	688	3.095	4.788	20,2
	F	476		264/38%	1.693		
Alegrete:	M	411	772	131	1.339	2.525	30.6
	F	361		146/111.5%	1.186		
Passo Fundo:	M	263	505	133	947	1.699	29.7
	F	242		101/76%	752		

¹⁶⁰

¹⁶¹ JACQUES. *Costumes [...]*. Ob.cit. p. 64.

¹⁶² FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 39.

Porto Alegre:	M	945	1.94 1	912	4.556	8.417	23.0
	F	996		687/75.3%	3.861		
Bagé	M	632	1.24 2	269	2105	4.016	30.9
	F	610		228/84.8%	1911		

Crianças escravizadas até 10 anos; (3) Cativos 35-45 anos ; (4) Total cativos segundo sexo; (5) Total cativos Fonte: *Censos do RS. 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1986, 69.

Apesar da extensão dos municípios em questão, os dados sugerem forte desequilíbrio da natalidade servil, entre essas regiões, possivelmente motivado pela diferente inserção produtiva da mão-de-obra servil. Em Porto Alegre, e sobretudo Pelotas, centro da produção charqueadora, eram altas as taxas de masculinidade da população servil. Nas charqueadas pelotenses, em 1780-1888, ela variava de 82,6 a 87,8.¹⁶³ Em 1859, no município de Pelotas, a proporção da população livre de até 10 anos, em relação à população livre total, era de 31,2 %. Portanto, superior à de crianças escravizadas, de apenas 20,2. E, em Porto Alegre, de 31,8 contra 23,0%. Em São Leopoldo, município de imigração alemã, a proporção era de 40%, denotando uma população muito jovem e em forte expansão demográfica, superior ao próprio crescimento da população livre do resto da província.¹⁶⁴

Em Bagé, a proporção de crianças escravizadas de menos de dez anos em relação à população servil – 30,9% – era próxima à da Porto Alegre e Pelotas, para a população livre – 31,8% e 31,2%. Esses dados sugerem que parte da população servil sulina não alçava a reproduzir-se, parte alcançava a fazê-lo, sem alcançar os níveis médios de expansão demográfica da população livre. Esses dados, muito parciais, sugerem, também, a fortíssima desvantagem da população servil, em relação à população colonial-camponesa, no relativo à expansão demográfica, o que explica o sucessivo decréscimo relativo da população afro-descendente do Sul.

Se corretas, as tendências assinaladas explicariam a expansão demográfica sulina absoluta, mesmo após 1850, processo que teria prosseguido até 1881, sem que se fizesse recurso ao tráfico interprovincial. Os municípios de economia pastoril teriam se auto-abastecido e abastecido municípios sulinos e brasileiros importadores de cativos. Assim, a expansão vegetativa da população escravizada seria uma das fontes de desenvolvimento da mão-de-obra dos latifúndios pastoris que teriam produzido, junto com os gados, cativos.

Trabalhadores livres e escravizados

O estudo dos inventários registra inegavelmente a existência de cativos campeiros mas não permitem certamente a avaliação do número de trabalhadores escravizados utilizados nessas atividades, principalmente porque tudo indica que, apesar do registro prioritário dos cativos com tais habilidades, outros trabalhadores escravizados envolvidos – plena ou parcialmente nessas atividades – não tiveram suas funções registradas nesses documentos.

A utilização do cativo no pastoreio era prática tendencialmente sistêmica, ainda que não fosse necessária. Ou seja, os *cativos campeiros* eram praticamente imprescindíveis nas grandes estâncias e, em geral, raros ou inexistentes nas fazendas

¹⁶³ Cf. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Idade, sexo, ocupação e nacionalidade dos escravos charqueadores (1780-1888). MAESTRI, Mário. (Org.) I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, vol. XVI, n.º 1 e 2, Porto Alegre, PUCRS, 1990. p. 29 *et seq.*

¹⁶⁴. *Censos do RS. 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1986, p.66.

pastoris menores. Apesar de não termos, ainda, estudos monográficos exaustivos, é crível que, no cômputo total, dominassem os homens livres – peões, capatazes, proprietários, filhos e familiares de proprietários. Uma realidade que, porém, apenas estudos sistemáticos esclarecerão.

Em 1830, **Nicolau Dreys** ressaltou, assinalando a importância da mão-de-obra livre e escravizada na produção pastoril: “A estância é servida ordinariamente por um capataz, e por *peões*, debaixo da direção daquele; às vezes os *peões* são negros escravos, outras vezes e mais comumente são *índios* ou *gaúchos* assalariados [...]” Destaque-se que **Dreys** compreendia o *peão* como atividade profissional que podia ser realizada por um *cativo campeiro* ou um *gaúcho*.¹⁶⁵ O *gaúcho* surgiu no Prata, originalmente, sobretudo como mestiço de europeu, pampiano, guarani, africano escapado e livre, etc., ou como ou nativo destribalizado, vivendo semi-nômades em campos abertos ainda que em geral apropriados privadamente, em contato intermitente com a sociedade ibérica. As explicações etimológicas mais comuns é que *gaúcho* originaria-se da palavra andina quíchua “*huachu*” ou “*huakcho*” – “órfão”, “vagabundo”, “errante”, “sem raízes”. O nome não possuía feminino, pois não havia *gaúcha*. Em araucano, falado no sul do Chile e na Argentina pelos mapuches, “*huaso*” descreve o “habitante do campo” e “*gatchu*”, “amigo” ou “parceiro”.

Sobretudo no Uruguai e na Argentina, mas também no Sul, o *gaúcho* incorporou-se, permanente e episodicamente, à fazenda pastoril, como *peão*. Não devemos, porém, confundir os dois termos, pois o primeiro é atinente, originalmente, sobretudo, a uma forma de *existir* e *produzir*, o segundo, a uma profissão. Nem todos os peões eram gaúchos e nem sempre o gaúcho trabalhava como peão. Um dos personagens do romance *O corsário*, de **Caldre e Fião**, registra em forma clara essa distinção, em meados do 19. “– Eu tenho um fiel peão em quem muito confio: é um bravo e guapo gaúcho.”¹⁶⁶ Em fins do 19, os campos começaram a ser cercados. Então, o cavaleiro *vago* transformou-se em *intruso* e o gaúcho foi *apealado* pela necessidade econômica à fazenda, confundindo-se também etimologicamente com o *peão*.

Trabalhadores Livres

Os inventários *post-mortem* do 19, sobretudo das grandes fazendas pastoris de produção estruturada, assinalam número pequeno mas significativo de cativos. Os trabalhadores livres eventualmente empregados nessas fazendas não eram arrolados por essa documentação. Pequenas propriedades pastoris, onde trabalhavam apenas o proprietário e familiares, não foram objeto de inventários. Mesmo em fazendas maiores, comumente o estancieiro e seus filhos ocupavam-se com o gado, ao lado dos cativos e peões. Vimos que na Depressão Central, **Saint-Hilaire** assinalou que o fazendeiro e seus os filhos trabalhavam com o gado e os cativos nas plantações.¹⁶⁷

No caso de **Alegrete**, lembrado por **Paulo Xavier**, das 391 estâncias citadas, 267 não tinham capatazes, sendo possivelmente administradas pelos proprietários, familiares ou arrendatários. No cômputo dos trabalhadores não se encontram, também, os filhos homens dos proprietários que trabalhavam nas estâncias. Se estimarmos 1,5 proprietário/familiar masculino adulto por fazenda – uma estimativa tímida–, teríamos um total de 870 homens livres – proprietários/familiares; capatazes e peões – para 527 trabalhadores escravizados. Essa estimativa é conservadora, pois a família do fazendeiro

¹⁶⁵. DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva [...]*. Ob.cit. p. 94

¹⁶⁶ CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *O corsário: romance rio-grandense*. [1ª ed. 1849] Porto Alegre: Movimento; Brasília: IEL, 1979. p. 134

¹⁶⁷.. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 179.

era geralmente mais numerosa do que a dos livre-pobres. Havia também os trabalhadores livres contratados habitualmente por alguns dias e meses.

Como parte dos cativos das fazendas não desempenhava tarefas pastoris, é crível que a proporção de fazendeiros/familiares/peões empregados nos campos fosse próxima. Somando-se os homens livres *estimados* e os cativos, teríamos 1.396,5 trabalhadores, o que daria, em relação ao rebanho do município, uns 550 animais por trabalhador, número próximo ao sugerido por **Domingos José de Almeida**. E, se as fazendas com cativos tivessem, em média, 2,5 trabalhador escravizado, umas 180 fazendas não teriam cativos! Se realizarmos o mesmo cálculo para os dados de São Borja, em 1857, apresentados por **Paulo Zarth** – 171 capatazes, 339 peões e 153 cativos – diluiria-se ainda mais a participação do cativo nas fazendas pastoris daquela região.

Em *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*, a historiadora **Maria Beatriz Eifert** computou a relação entre o cativos e membros da família proprietária nas estâncias estudadas, constatando que os primeiros superavam em quase sessenta por cento os segundos, sem computar os eventuais capatazes, peões e posteiros livres. Entretanto, devemos lembrar que muitos herdeiros já não faziam mais parte do núcleo familiar estrito dos inventariados. Na época em questão, a região já venderia possivelmente cativos para a cafeicultura.¹⁶⁸ Os dados de Setembrino dal Bosco, para estâncias de Rio Pardo, onde havia charqueadas e olarias, em data bastante anterior, 1781-1809, aponta domínio numérico dos cativos (150) sobre a família escravista (86)¹⁶⁹ Para as fazendas sobretudo de sul-rio-grandenses, no norte do Uruguai, há registro de cativos, agregados e estancieros trabalhando na produção pastoril.¹⁷⁰

Apesar do caráter eventualmente subordinado da mão-de-obra cativa nas práticas pastoris, no que se refere ao cômputo geral dos trabalhadores envolvidos na atividade, o cativo certamente desempenhou função tendencialmente *sistêmica* nas propriedades maiores, já que as fazendas pastoris de menores dimensões eram talvez exploradas pelos proprietários, com o apoio eventual de um cativo e episódico de algum peão. Em 1840, uma fazenda pastoril de mil hectares, com quatrocentas cabeças de gado, produzindo de 24 a 32 novilhos [192\$000 a 256\$000 mil-réis], dificilmente sustentaria um peão [78\$000 a 96\$000], quanto mais a compra de um cativo [520\$000]!¹⁷¹ Porém, como sistema de produção, a produção pastoril exigia *necessariamente* o envolvimento de cativos nas práticas criatórias, quando se tratava das propriedades de maiores dimensões, devido à impossibilidade do fazendeiro de poder contar em forma sistemática com o trabalho livre. A dinâmica das pequenas e médias fazendas dedicadas à agricultura, com alguma criação, era certamente diversa.

Exército rural de reserva

A produção assalariada exige que trabalhadores livres, despossuídos dos meios de produção, excedam às necessidades produtivas, para venderem a força de trabalho por valores depreciados, pois obrigados a trabalhar para sobreviverem, pressionados por exército de reserva. **Dreys** lembrava que os *gaúchos*, vindos das “margens do Rio da Prata”, empregavam-se como “peões” “em todo o território banhado pelo Paraguai, Paraná e Uruguai, até o Oceano”, nas “estâncias ou charqueadas”.¹⁷² Ele dizia que o *gaúcho* portava “xiripá”, “cingidor”, “poncho”, “faca”, “espada”, “boleadeiras”, “laço” e “pistola” – quando podia comprá-la – e que fabricava parte desses implementos. Esse

¹⁶⁸ Cf. EIFERT. *Marcas [...]* Ob.cit. p. 79.

¹⁶⁹ DAL BOSCO, Setembrino. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul. [1780-1889]*, Dissertação de Mestrado, PPGH da UPF. Passo Fundo, novembro de 2008. p. 105

¹⁷⁰ Palermo

¹⁷¹. Eventualmente, as diferenças propostas no salário mensal do peão – 6\$500/8\$000 e 20\$000 – podem referir-se a duas formas de contratação – a anual e a sazonal.

¹⁷². DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 122.

“nômade”, de disposições “taciturna e apática”, passaria o tempo a “dançar”, “jogar, tocar ou escutar uma guitarra”, procurando trabalho quando não tinha “dinheiro”.¹⁷³ Reproduzindo a visão dos proprietários, propôs que os *gaúchos* circulavam pelos campos abertos do Plata e sulinos, sem “chefes, sem leis, sem polícia”, respeitando apenas a “propriedade” dos empregadores.¹⁷⁴ O *gaúcho* produzia parte dos instrumentos de trabalho. “[...] o pobre prepara com suas mãos seu tosco arnês; de um couro despedaçado [...] sabe obter freio, arreios, estribos e todas as demais miudezas da equipagem do cavaleiro.”¹⁷⁵ O cavalo era acessível a qualquer homem livre. Em fins do 18, **Félix de Azara** registrou a abundância dos cavalos: “[...] todos tienen algunos caballos, que nadie anda a pie y que todo se hace con ellos.”¹⁷⁶

Categoria social juridicamente livre, detentora parcial dos meios de trabalho [cavalo, arreios, laço, etc.], o *gaúcho* locomovia-se nos campos não cercados, ainda que juridicamente apropriados, onde obtinha os meios de subsistência, em forma fortuita e ilegal, apoderando-se de animais, e trabalhando episodicamente para obter o necessário à compra de bens e serviços imprescindíveis. Em 1781, **Roscio** registrou a apropriação jurídica dos campos sulinos, sem ocupação de fato: “As terras [...] todas estão povoadas, mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra, entendendo que todas lhe serão precisas, ainda que só se servem de uma insignificante parte [...] e, por isso, ainda que toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio..”¹⁷⁷ O controle parcial dos meios de produção e os campos abertos permitiam que o *gaúcho* mantivesse autonomia relativa diante do empregador. A posse de uma nesga de terra, como proprietário, posseiros, posteiro, agregado, etc., permitia ao *gaúcho* furtar-se também à obrigação de assalariar-se em forma permanente, podendo eventual e periodicamente abandonar o trabalho sem se expor à necessidade.

Períodos breves

O historiador argentino **Carlos Mayo** apresenta período médio de trabalho para os *gaúchos* empregados como peão impressionantemente baixo: “En general, también, el peón tendía a ser inestable en el empleo. Todas las cuentas de estancias que se conocen reflejan muy bien este fenómeno. Así en la estancia de Las Vacas [Banda Oriental], entre 1791 y 1799, el 77% de los asalariados trabajó menos de tres meses.” O historiador argentino lembra que é difícil dizer se ele se despedia ou era despedido.¹⁷⁸ Três meses era a validade da “papeleta” que se exigiu, em agosto de 1815, ao *gaúcho*, para comprovar que trabalhava em estância, para não ser considerado “vago” e obrigado a empregar-se ou ser enviado por cinco anos ao exército.¹⁷⁹

Como o *gaúcho* não era obrigado a trabalhar como peão, sob forma contínua, por preço vil, o valor de seu trabalho tendia a crescer. Em 1820, na Banda Oriental, **Saint-Hilaire** registrou, preconceituosamente, a autonomia relativa do *gaúcho* ao empregador: “Os vastos campos que percorri são habitados em grande parte por índios civilizados e mais ainda por mestiços que nada possuem; vão de uma a outra estância, misturam-se sem cerimônia aos moradores da casa e [...] comem carne à vontade. De tempo em tempos,

¹⁷³ . Id.ib. p. 123-4.

¹⁷⁴ . Id.ib. p. 122.

¹⁷⁵.. Id.ib. p. 100, 103-4.

¹⁷⁶.. AZARA, FÉLIX. *Apud*. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería em el Uruguay*. Ob.cit. p. 29.

¹⁷⁷ ROSCIO, F. J. Compendio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro. Revista do IHGRS, 1942, ano 22, III e IV trimestre, n.º87, p. 29-56. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Ob.cit. p. 94

¹⁷⁸ MAYO. *Estancia [...]*. Ob.cit. p. 107

¹⁷⁹ Cf. GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 87.

[...] ajudam os estancieiros em seus trabalhos e são regamente pagos, mas nunca economizam [...]. Quando possuem um chiripá e um ponche [...] gastam o resto do dinheiro jogando e bebendo cachaça.”¹⁸⁰

Em 1808, Manoel de Magalhães assinalou que, devido às “despesas” em “peões e cavalos”, os fazendeiros ricos praticavam pouco os rodeios e os “pobres”, jamais. Certamente referia-se aos *rodeios gerais*.¹⁸¹ Sem razões para permanecer no trabalho, desgostoso com o empregador, aborrecido com as lides, etc., o peão “pedia as contas” e perdia-se nos campos, onde abatia, clandestinamente, um animal, para servir-se da carne, e vender o couro, a graxa, o sebo, para algum bodegueiro *inescrupuloso*. Saint-Hilaire registrou a pouca estabilidade da mão-de-obra livre e a prática do abate do gado alheio: “Em quase todas as estâncias dos arredores de Santa Maria há índios desertados das aldeias. Os homens empregam-se como peões [...]. Os patrões lamentam a inconstância e falta de afetividade dessa gente. Dizem que quando recebem adiantamentos, retiram-se [...]” Tempos antes, anotou que sua viagem avançara pouco pois perdera tempo para “matar uma vaca”. “Nada mais comum aqui que os roubos de animais. É tão banal esse gênero de furto, que chega a ser visto como causa legítima.”¹⁸² Viajando pelo Uruguai, registrou que, para ele, as “pessoas do campo, a maior parte índios e mestiços” levariam “vida totalmente selvagem, alheia a qualquer sentimento moral e religioso”. Registrou que um fazendeiro teria sido “vítima de freqüentes roubos de cavalos e gados” pois, “nos arredores de San Salvador” “algumas pessoas tinham no roubo o único meio de subsistência”.¹⁸³

O francês *racionalizou* seu abate do gado alheio: “Com relação às reses que meus empregados mataram no campo estes últimos dias, sinto-me inteiramente tranqüilo. [...] há muitos animais ainda nesta margem do Rio Negro [...]. Totalmente selvagens, nem marca possuem. É, portanto, muito normal apreendê-los nos campos e matá-los para comer. Um negro, que me serviu de guia, apanhou uma vaca nas pastagens vizinhas. Os meus acompanhantes fizeram o mesmo e, finalmente, outros homens, vindos depois de mim, também foram matar sua rês [...]”¹⁸⁴ Em 1823, Antônio Gonçalves Chaves criticava esse hábito: “[...] há [...] pouco escrúpulo em matar reses para comer andando em viagem e tomar cavalos sem consentimento de seu dono, deixando-os em partes muitas vezes tão distantes que não voltam mais [...]. Quando algum é colhido em flagrância [sic][...] o castigo é sempre arbitrário e o ladrão, solto em poucos dias (falamos dos vagabundos, pois alguns há e levam assim sua vida) [...]”¹⁸⁵

Direito à família

Diante da semi-liberdade da mão-de-obra livre, aos fazendeiros, para manter os peões, não servia sequer aumentar a remuneração – salário ou participação na produção, como sugere Carlos Mayo: “Un aumento de salarios, por ejemplo, podía surtir el mágico efecto de prolongar la permanencia del trabajador en el empleo.”¹⁸⁶ Ao contrário, a maior remuneração do peão deprimiria a baixa rentabilidade da produção pastoril e fortaleceria a autonomia tendencial do *gaúcho*! Com maior paga, poria o pé no mundo ainda mais

¹⁸⁰ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao RS*. Trad. A.M. da Costa. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. P. 186, 126-7.

¹⁸¹ MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do RS. FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980. p. 79-80

¹⁸² SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 63.

¹⁸³ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* Trad. A. M. da Costa. 2ª ed. Ob.cit. P. 186.

¹⁸⁴ Id.ib. P. 203.

¹⁸⁵ CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias Econômico-políticas [...]*. Ob.cit. Pp. 214.

¹⁸⁶ MAIO. *Estancia [...]*. Ob.cit. p. 115.

rapidamente, para *vagabundear* ou refluir para situação-espaco onde gozava de alguma autonomia, como posseiro, posteiro, pequenos proprietário, etc.

A permissão para o trabalhador estabelecer-se e formar família era certamente a forma certa de fixá-lo à fazenda. Porém, tal *liberalidade* oneraria a exploração pastoril e inflacionaria os salários do peão, obrigado a sustentar sua mulher e filhos, dificilmente incorporáveis à produção. Ainda em início do século 19, eram elevados os preços dos meios básicos de subsistência – açúcar, café, arroz, erva mate, farinha de trigo, etc. O arranchamento do peão criaria população territorialmente coesa e sequiosa de terra nos latifúndios. O direito de estabelecer provisoriamente família era concedido apenas ao capataz e ao posteiro. Depoente lembrava que, em meados do século 20, os fazendeiros do município de **Rio Pardo** permitiam apenas ao peão, que queriam *segurar* no emprego, por suas qualidades, se estabelecerem com família na fazenda!¹⁸⁷

Tal fato determinou o baixo crescimento populacional pastoril, fenômeno registrado na afirmação de **Dreys** sobre o gaúcho, segundo a qual esse fenômeno deveria-se a sua “pouca atração” pela mulher!¹⁸⁸ Visão corroborada, vinte anos antes, pelo paulista, burocrata colonial e juiz da alfândega das capitâneas de **São Pedro e Santa Catarina**, **José Feliciano Fernandes Pinheiro**, na primeira edição dos *Anais da Província de São Pedro*, onde o paulista desanca a sociedade e o habitante sulinos, segundo ele devido ao seu “ruim fermento” original, já que constituída pelo “enxurro da nação”. Ao referir-se à estância, propôs nada menos que, devido à “inércia” da estância, o seu habitante conheceria a “moleza, a ociosidade e a devassidão”, causas de “misérias” e da baixa “multiplicação da espécie humana”. Na época, sobretudo no mundo católico homofóbico ibérico, acusava-se a *sodomia* como forma de “devassidão” responsável pela frustração da “multiplicação da espécie humana”.¹⁸⁹ As depreciações sobre a virilidade do gaúcho nasciam do fato de que ele e o peão eram homens sem família, devido à proibição geral dos fazendeiros de que se estabelecesse com mulher e prole.¹⁹⁰

Lei Demográfica

Cada modo ou forma de produção tem sua lei demográfica tendencial. A fome de braços da economia colonial-camponesa ensejou explosão demográfica, impondo à camponesa papel de *parideira*, de conseqüências fisiológicas, psicológicas e sociais que apenas começam a ser estudadas.¹⁹¹ Ao servir-se de pouca mão-de-obra, a produção pastoril extensiva impunha ao peão-gaúcho baixo acasalamento e reprodução, fenômenos registrados no despovoamento relativo das regiões pastoris no Rio Grande, Uruguai e Argentina. Nas fazendas argentinas, em 1744, apenas 27,6% dos peões casariam-se; em 1813, a taxa cairia para 3,4%. A alta taxa de matrimônio dos fazendeiros e a dificuldade dos peões de se casarem foi também registrada pelo historiador Farinati ao estudar o município de Alegrete.¹⁹²

Na fazenda, além do fazendeiro, apenas o capataz, na sede, o posteiro, nas bordas da propriedade, e o cativo, nas senzalas, relativamente, acasalavam-se, assegurando a baixa reprodução da mão-de-obra livre e escravizada necessária à produção pastoril. O cativo e, especialmente a cativa, podiam, ao contrário, multiplicar-se, casando-se ou não, como parece terem feito em forma relativamente sistemática, no que se refere à população escravizada pastoril, pois produziam seres que tinham no fazendeiro o pai sociológico, já

¹⁸⁷ Cf. Entrevista a Carlos Dario Daudt, em sua residência em Porto Alegre, em 1º de julho de 2007.

¹⁸⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 122.

¹⁸⁹ Cf. CHAVES. *Memórias Econômico-políticas [...]*. Ob.cit. p.

¹⁹⁰ Cf. MAESTRI, Mário. “O gaúcho era gay?!”

¹⁹¹ Colocar jussara

¹⁹²

que eram dele propriedades e a ele deviam obediência e trabalho. Os cativos não colocavam problemas quanto à posse da terra, mobilizando-se, ao contrário, para fugir ou livrar-se do proprietário e da terra onde eram explorados.

Na fazenda, o peão permanecia tendencialmente solteiro, dormindo no galpão, ao pé do fogo, ou, mais tarde, em pequeninos dormitórios coletivos. Os levantamentos arquitetônicos das fazendas sulinas do 18 e 19 registram a presença da sede, do galpão, dos depósitos, dos currais, raramente de algumas sezalas, e jamais de moradias unifamiliares de peões. Triste condição que se manteve quase plenamente até poucos anos. Em precioso estudo de 1964, “O peão de estância: um tipo de trabalhador rural”, escrito a partir de participação em pesquisa sobre a pecuária sulina, do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS, **Laudelino Medeiros** analisou 35 fazendas, com mais de 440 hectares, de **Vacaria, Júlio de Castilhos, Santiago e Uruguaiana**. O estudo foi realizado em momento em que dominavam as práticas tradicionais do pastoreio contínuo que se estruturaram, sobretudo a partir dos anos 1870, com o início da desescravização das estâncias. Segundo o estudo, quase 71% dos 32 capatazes entrevistados – de 30 a 49 anos – eram casados, e suas mulheres trabalhavam comumente na sede e cozinhavam para os peões. Os peões, um pouco mais jovens – 20 e 49 anos –, em boa parte pardos e negros, eram em 75% dos casos solteiros.¹⁹³

População Pobre *Flutuante*

O gaúcho desempregado e vagamundo era ameaça, não à propriedade fundiária propriamente dita, mas à mercadoria produzida por ela – o gado. A documentação do século 19 é rica no registro da existência de população pobre *flutuante*, o campeiro e o gaúcho sem terra, apresentados comumente como terrível *criminosos, vagabundos, vagos*, etc., tido como ser refratário ao trabalho, percorrendo sem controle os campos privados. A retórica pastoril-latifundiária sobre a pretensa identidade entre fazendeiros e peões apóia-se na ausência de movimentos multitudinários de luta pela terra entre os peões dos latifúndios.

Ultimamente, essa visão tem sido corroborada por propostas de leitura historiográfica apologéticas sobre a sociedade pastoril, na qual o *peão* surge sobretudo como uma situação mais etária do que social, pois tendencialmente superada, com o passar dos anos, por processo tendencial de ascensão social em direção à posse da terra. O estudo da documentação judiciária das regiões pastoris certamente desvelará fortes contradições sociais expressas na repressão ao abigeato e na expulsão de *gaúchos* e campeiros arranchados nas *bordas* dos latifúndios, como moradores, como posteiros, etc., fenômeno objeto do belo conto “Por vingança”, de Alcides Maya, em *Tapera*, de 1911.¹⁹⁴ A ojeriza do latifundiário ao sem-terra, dos dias de hoje, apenas repete seu horror do estancieiro ao peão em busca de um rancho, no passado.

Foi grande a identidade sócio-produtiva entre as sociedades e as produções pastoris sul-rio-grandense, uruguia e argentina. Carlos Mayo assinala que o uso da mão-de-obra escravizada na fazenda pastoril argentina era comum no período colonial. “Sobre un total de los 66 establecimientos [estudados], 41 tenían esclavos. El número total de los identificados es de 161, de los cuales 90 son hombres y 74 mujeres. La media de esclavos por estancia poseedora de mano de obra no libre era de cuatro esclavos.”¹⁹⁵ Números que

¹⁹³ Cf. MEDEIROS, Laudelino T. *O peão de estância: um tipo de trabalhador rural*. Porto Alegre: UFRGS/Estudos e Trabalhos Mimeografados, 1969; 57 pp

¹⁹⁴ Cf. MAYA, Alcides. *Tapera*. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1962. pp. 39-67.

¹⁹⁵ MAYO. *Estancia [...]*. Ob.cit. p. 41

sugerem também que muitas estâncias, sobretudo as menores, não possuíam cativos. Segundo Alfredo Montoya, a carência de mão de mão-de-obra nas fazendas argentinas teria crescido após a Independência, com a extinção da mão-de-obra escravizada, fortalecendo-se a pressão da legislação sobre os trabalhadores livres, para que se empregassem, sob pena de arrolamento no exército.¹⁹⁶ Em importante estudo sobre as fazendas escravistas do norte do Uruguai, em grande parte de propriedade de rio-grandense, Eduardo Palermo registrou a importância da mão-de-obra escravizada.

Na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, segundo os estancieros, se faltavam trabalhadores, abundavam “delinquentes”, “intrusos”, “ociosos”, “olgasanes” e “vagos”. Sozinhos ou com as famílias, eles perambulavam pelos campos, arranchando-se como podiam, abatendo gados nos campos abertos. Na Argentina, nas primeiras décadas do século 19, *gaúchos* dedicavam-se à “faena, na “*campaña del Sul*”, rica em gados, possivelmente sob a proteção dos nativos pampianos, ainda senhores ou quase desses territórios.¹⁹⁷

Em 1784, em relatório enviado para Lisboa, sobre o Rio Grande do Sul, onde jamais havia estado, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa chamou a atenção aos “índios” e “vagos” da região, “vivendo à lei da natureza, sem disciplina, e sem religião”, cometendo “delitos” e “crimes”. Na Campanha, concorreriam para “as extorsões e furtos dos contrabandos” e, nas fazendas, ao “furto de muitos animais”. Vasconcelos propunha, como solução dessa *desordem*, e para diminuir o contato desses indivíduos entre si, que “fossem matriculados nas fazendas dos particulares, sendo estes encarregados de os administrar e reger, como bons pais de família”. Que fossem reduzidos ao trabalho obrigatório e, portanto, submetidos à se,o-servidão.¹⁹⁸

Vagos e vagagundos

Em fevereiro de 1810, criadores da Banda Oriental referiam-se às populações pobres livres da campanha: “[...] hallándose en aquel tiempo sembrada la campaña de número crecido de hombres malévolos de todas las castas que la desolaban e infundían en los laboriosos y útiles estancieros un terror pánico, ejecutando impunemente robos en las haciendas y otros atroces delitos [...].”¹⁹⁹ Em 1820, na Banda Oriental, Saint-Hilaire reproduziu as visões preconceituosas dos proprietários sobre o *gaucho*. “[...] homens sem religião e sem moral, a maior parte índios ou mestiços, que os portugueses designavam sob o nome de **Garruchos** ou **Gaúchos**” teriam se reunido a Artigas para, entre outras coisas, matar “uma rês [apenas] para tirar-lhe a língua ou uma correia de [...] couro”.²⁰⁰

Nessa época, criadores da região reclamavam às autoridades luso-brasileiras, senhoras da Província Cisplatina, que a “*campaña se halla infestada de una multitud de hombres vagos, que cifran su subsistencia en el robo y el pillaje*”. A petição pedia a proibição das “pulperias volantes”, isto é, as precárias vendas ambulantes de bebidas e outros artigos, em carretas. Os fazendeiros requeriam que os estabelecimentos funcionassem apenas nas grandes propriedades, sob controle-exploração dos

¹⁹⁶ MONTOYA, Alfredo J. *La ganaderia y la industria [...]*. Ob.cit. p. 46-7.

¹⁹⁷ Id.ib. Ob.cit. pp. 47-8

¹⁹⁸ Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos, em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. Arquivo Nacional, coleção 67, livro 9. RIHGRGS, ano 10, 1º e 2º trim., 1929, pp.32-3. Apud. CÉSAR. *Origens [...]*. Ob.cit. p. 110.

¹⁹⁹ Apud CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería em el Uruguay*. Montevideo: Banco de Crédito, 1972. p. 34.

²⁰⁰ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. A. M. da Costa. 2ª ed. Ob.cit. P. 129-30, 136.

latifundiários, o que lhes permitiria endividar os trabalhadores e, assim, mantê-los no trabalho.²⁰¹

Nos anos 1840, haveria, nada menos que mil *pulperías* na campanha argentina, sem contar os estabelecimentos ambulantes, montados em geral em carretas. Uma para cada cem habitantes rural!²⁰² Os comerciantes das *pulperías* eram acusados de comprar couro, graxa e sebo roubados, por preço “ínfimo”. Os estancieiros apontavam as “pulperías” como local de reunião onde esses seres refratários ao trabalho dedicavam-se a “embriagueses” e a “quimeras”.²⁰³ As *pulperías* castelhanas e boliches rio-grandense eram tradicionais locais de socialização, sobretudo masculina – jogo de cartas, rinha de galos, cancha de bocha, carreiras de cavalos, desafios de repentistas, prostituição. Seus proprietários dedicavam-se à pequena agiotagem, ao contrabando, à compra de couros e outros produtos, como assinalado.²⁰⁴

Ao cruzar a Banda Oriental, Saint-Hilaire descreveu a identidade entre as *pulperías* castelhanas e as *ventas* portuguesas: “É aí [taverna] que os índios e os mestiços passam boa parte de sua vida deixando a metade do dinheiro que ganham. Em toda a região, as tavernas são totalmente parecidas com as do Brasil. Garrafas de cachaça, comestíveis, ponches, fazendas, um pouco de mercearia e quinquilharia [...] expostas sobre pranchas. Um grande balcão estendido de um outro muro paralelo à porta forma uma barreira entre o comerciante e as mercadorias de um lado, e os compradores e bebedores do outro. Estes ficam de pé e muitas vezes se deitam sobre o balcão, falando com tristeza, brincando ou catando suas lânguidas cantigas, enquanto o cavalo os aguarda pacientemente à porta.”²⁰⁵

Na Argentina, para sanar as dificuldades de falta de trabalhadores, um *Bando*, de agosto de 1815, reafirmado nos anos seguintes, mandava prender o homem livre não-proprietário que não portasse consigo a “papeleta” comprovando pertencer ao “personal estable” de uma estância. O “vago” seria arrolado nas forças armadas.²⁰⁶ Em 1830, Caetano Maria Lopes Gama, presidente da província do RS, talvez inspirado nos vizinhos, retomando as propostas do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, de 1784, sugeriu que os “homens criminosos”, “vadios”, “vagabundos”, “viciosos”, que pululariam na província, “sem ubi certo”, atentando contra a “segurança individual e a propriedade”, tivessem os direitos civis restringidos e fossem “remetidos para o serviço da Esquadra ou para algum outro de semelhante utilidade pública”.²⁰⁷ Nesses anos, Dreys registrava a depredação dos gados das fazendas por “roubadores” e “viajantes”.²⁰⁸

A necessidade de cativos

Pelas razões assinaladas, na falta da *coerção econômica* nascida da necessidade de alugar a força de trabalho para viver, procurava-se forçar o homem livre pobre, *pela coerção extra-econômica* [jurídico-policia], a vender sua força de trabalho em condições que permitissem alta extração de sobre-trabalho. Propunha-se semi-servidão que obrigasse o *gaúcho* e o *campeiro* a empregar-se nas fazendas, charqueadas, etc., por remuneração mínima. Principalmente nas décadas anteriores ao fim do tráfico oceânico de cativos [1850], devido à inexistência de mercado de trabalho livre consolidado, os criadores

²⁰¹ PINTOS, Anibal Barrios. *De las vaquerías al alambrado*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1967. p. 230-2.

²⁰² GIBERTI, Horácio C. E. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 137.

²⁰³ MONTOYA, Alfredo J. *La ganadería y la industria [...]*. Ob.cit. p. 48.

²⁰⁴ PINTOS, Anibal Barrios. *De las vaquerías al alambrado*. [...]. p. 236.

²⁰⁵ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. A. M. da Costa. 2ª ed. Ob.cit. P. 182.

²⁰⁶ MONTOYA, Alfredo J. *La ganadería y la industria [...]*. Ob.cit. p.46.

²⁰⁷ Cf. ROCHE, Jean. *L'Administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre, 1961

²⁰⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritiva da província do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 94

sulinos mais ricos constituíram núcleo de cativos nas fazendas que lhes garantia mão-de-obra permanente, para as tarefas agrícolas, domésticas e pastoris.

Nas tarefas pastoris, ao núcleo estável de cativos campeiros, associavam a contratação de *peões* mensalistas e diaristas e o esforço extraordinário de moradores, agregados, posteiros, etc. Nas épocas de pique da produção, quando dos rodeios gerais, os fazendeiros ampliariam a contratação de peões livres, para suplantar as necessidades produtivas, possivelmente por salários mais elevados que pagos aos peões mensalistas. Com o núcleo de cativos, as fazendas jamais se despovoavam de trabalhadores e as exigências dos *peões* eram deprimidas tendencialmente.

Em 1859, as 391 estâncias de Alegrete possuíam 283 trabalhadores assalariados e 527 escravizados – ou seja, 1,4 cativos por estância, se todas tivessem cativos. Como vimos, esses dados sugerem que a maioria das estâncias – 267 – não tinha capatazes, sendo talvez administrada pelo proprietário ou familiar. É crível que houvesse maior concentração de cativos nas fazendas maiores e, portanto, mais ricas, que tinham capatazes. Vimos que, se estimamos 1,5 proprietário/familiar por fazenda, teríamos um total de 870 trabalhadores livres para 527 cativos. Porém, sequer o fato de que boa parte desses cativos não trabalhassem em funções pastoris chega a diminuir a eventual importância da mão-de-obra cativa nas lides pastoris no município.²⁰⁹

Ao trabalharem nos campos, os proprietários e seus familiares desempenhavam a mesma função depressora dos cativos no relativo ao valor dos salários dos peões. O trabalho do fazendeiro e de seus filhos nas lides pastoris, especialmente nas fazendas pequenas, foi sempre solução para o alto preço dos trabalhadores. Nas fazendas açucareiras e cafeicultoras escravistas, não se via proprietários trabalhando nas atividades produtivas propriamente ditas. O trabalho do fazendeiro e seus filhos homens nas tarefas pastoris parece ter servido de substrato para as visões apologéticas sobre a “democracia pastoril”.

Tabela 5

Valor dos cativos em relação a bois e hectares em Rio Pardo, Vacaria, Bagé 1819-1888

Ano	Preço cativo	bois	Hectares	
1819-1829	271\$357	89,5	987	4,6
1830-1839	425\$000	127,2	1529	2,8
1840-1849	504\$000	163,9	1561	2,8
1850-1859	971\$428	200	1802	2,4
1860-1869	1:104\$777	217	1064	4,0
1870-1879	1:124\$000	129	519	8,3
1880-1888	1:231\$000	156	390	11

Fonte: DAL BOSCO, Setembrino. *Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul. [1780-1889]*, Dissertação de Mestrado, PPGH da UPF. Passo Fundo, novembro de 2008. p

Inventários dos anos 1780, no início da indústria charqueadora, do município de Rio Pardo, assinalam que, com cativo adulto do sexo masculino, comprava-se até 4.300 hectares e uns 54 vacuns. Em 1786, o valor do cativo seria ainda mais elevado – 6.200 hectares e 85 animais. Em 1794, o valor teria caído relativamente: um cativo de qualidade valia 1500 hectares e quase sessenta bois mansos. No início do 19, a terra e o cativo valorizaram-se, em

²⁰⁹.. XAVIER, Paulo. Aspectos da pecuária em Alegrete. CORREIO DO POVO, Suplemento Rural, 10 de março de 1978.

relação ao gado. Em 1805, com trabalhador escravizado de qualidade comprariam-se uns 850 hectares e 125 bois mansos.

Dados de inventários de Rio Pardo, Bagé e Vacaria, posteriores a 1819, anotam valor do cativo campeiro elevado quanto à terra e gado. Em 1830-49, com 2,8 campeiros adquiriam-se 4.300 ha. Em 1870-79, eram necessários 8,3. O preço do trabalhador alcançaria o máximo, em relação ao boi, em 1870-79, com valorização da terra. No declínio da escravidão, o valor da terra crescera quanto ao cativo, que manteve preço alto quanto ao gado: 156 bois por cativo campeiro – a produção média anual de estância de 4.300 hectares! [102]

O grande investimento no estabelecimento de estância no Sul, sobretudo nos primeiros tempos, era com o braço escravizado e, a seguir, com o gado. Teria havido igualmente valorização crescente do cativo e da terra, até os anos finais da escravidão, quando a mão-de-obra escravizada depreciou-se, em relação à terra. Esses dados indicativos, que devem ser precisados, sugerem que, sobretudo nos primeiros tempos, os grandes criadores seriam mais senhores de cativos do que de terras.

IV. A Modernização da Fazenda Pastoril no Rio Grande do Sul

No RS, apenas em inícios do século 20, a atividade pastoril começou a introduzir-se na esfera de produção capitalista propriamente dita. Então, a renda do capital – criada com a inversão em reprodutores; pastagens artificiais; cercas de arame liso e, a seguir, farpado; centro de manejo; inseminação artificial, etc. – começou a sobrepor-se à renda da terra. Esse processo deu-se em forma lenta, estimada em torno de um crescimento de cinco a 27 pontos percentuais, no relativo à taxa de desfrute – em relação às fazendas do século 19, estimada, como vimos, entre seis e vinte por cento, no início do século 19. Até hoje, mantém-se ainda em boa parte do Rio Grande a criação semi-extensiva, através do pastoreio contínuo.

Os avanços produtivos na fazenda pastoril sulina foram lentos. Em meados do século 19, anunciaram-se tímidas propostas e iniciativas de melhorias das técnicas de criação. Lei 12 de julho de 1848, propunha criação de coudelaria “para o aperfeiçoamento da raça dos animais cavaleiros, vacuns e asinos”. Em 1854, reprodutores de gado vacum “franqueiro” e cavalos “pampas” foram introduzidos em Cruz Alta.²¹⁰ Em 1906-7, Relatório da Secretaria de Obras Públicas registra experiências com plantas forrageias – “capim colônia”, “orvilhaca”, “sulla”, “sanfeno”, “sorgho”, “trevos”.²¹¹ No Uruguai, a melhoria genética dos rebanhos, também limitada, teria sido anterior. Em fins de 1850, foram introduzidos gados Durham e, em meados de 1870, Hereford, em pequeno número.²¹² As fazendas argentinas teriam conhecido mais cedo esses avanços.

A liberdade relativa gozada pelo gaúcho, que resultou em recriminações das autoridades públicas, no passado, e em relatos líricos, no presente, teria começado a entrar em crise a partir dos anos 1870, quando os campos começaram a ser cercados, o que determinou aumento relativo da produtividade da economia pastoril e conseqüente desemprego de trabalhadores.²¹³ Porém, sobretudo em inícios do século 20, à medida que se intensificou o tratamento dos animais, cresceu a relação média trabalhador-animal. O cercamento das fazendas não impedia apenas a fuga dos gados, diminuindo o trabalho de ronda dos peões e punha fim à função histórica de posteiro. Com as cercas, definiram-se

²¹⁰.. XAVIER, Paulo. Aspectos da pecuária em Alegrete. Ob.cit.

²¹¹ Cf. MEDEIROS. *O peão [...]*. Ob.cit. p. 39.

²¹² Cf. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Montevideo. Ob.cit. p. 65.

²¹³. ALMEIDA, Lopes de. Col. Júlio de Castilhos e a revolução passiva. *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 24 de mar. 1979. P. 8-9. *Apud* BAKOS, M. *RS: Escravidão & Abolição*. Ob.cit. p. 34.

os caminhos públicos e pôs-se crescentemente fim ao direito consuetudinário de travessia dos campos. Com as cercas, o *viajante* transformou-se em *invasor*. A definição dos limites dificultou o *arranchamento* nas *franjas* das grandes propriedades.

Desde os anos 1870, o maior controle das propriedades, a repressão ao abigeato, o desenvolvimento da população livre pobre, a destruição crescente da economia cabocla florestal no Planalto, etc. teriam contribuído à formação de crescente exército *rural* de trabalhadores livres desempregados, obrigados a vender a força de trabalho por preços aviltados. Esse processo teria permitido a venda de cativos das fazendas sulinas para a cafeicultura do Centro Sul. Um “Relatório do Ministério da Agricultura”, de 1884, anota o RS como o maior exportador de cativos, entre 1874 e aquele ano, com 14.302 cativos expatriados para os centros produtores de café!²¹⁴ Faltam ainda estudos monográficos sobre esse processo.

Evoluções importantes

A “estância cimarrã” uruguaia, de rincões e campos abertos, com caça ao gado alçado pelo couro, da época colonial, foi substituída, nas primeiras décadas do século 19, pela “hacienda criolla” ou “patrícia”, com campos não cercados, mas delimitados, com tratamento rústico, mas mais intensivo, dos animais, nos rodeios, por peões destros no laço e boleadeiras, com o preparo, para os *saladeros*, de *novillos criollos* de cinco e mais anos, com couros pesados e pouca carne. Nos anos 1870, a fazenda uruguaia começou a conhecer importante modernização, impulsionada por criadores da *Asociación Rural del Uruguay* [1871], muitos deles chegados da Europa, em 1830-45, como imigrantes – bascos, franceses, ingleses, etc. –, com experiência comercial.

As propostas da “estância nova” foram divulgadas na Revista e no Almanaque anual da Associação. Esses criadores *capitalizados*, estabelecidos nos campos finos no litoral e do meridiano uruguaio, região de fácil comunicação fluvial com os portos do Prata, praticavam e propunham o cercamento dos campos; melhoramento genético; manejo animal em bretes, banheiros e galpões; pastagens artificiais; a associação das práticas criatórias e industriais – fábricas de conserva, frigoríficos.²¹⁵ Na Argentina, o avanço técnico das fazendas foi ainda mais precoce, não raro devido à inversão de capitalistas estrangeiros radicados em Buenos Aires.²¹⁶

O cercamento dos campos desempenhou papel essencial na evolução da *hacienda* uruguaia e argentina, aumentando a produtividade dos campos, desempregando trabalhadores pastoris, cerceando a independência relativa dos gaúchos. Vindos da Inglaterra, os primeiros “atados de alambre” teriam chegado a Montevideu, em 1852, talvez para cercar chácaras e não estâncias. “El 23 de febrero de 1852 llegaron consignados a Bayley Hnos., en la goleta inglesa Champion 10 atacados de alambre. Ese mismo año se repiten los desembarcos: el 23 de julio, 5 atados para White Dick y Cía.”²¹⁷ Em 1862, no Uruguai, registravam-se estâncias cercadas perimetralmente por “alambre”. O grande salto no cercamento das fazendas uruguaias teria ocorrido a partir de 1877, quando entraram 6.646 toneladas de arame para cercas no país..²¹⁸

Na Argentina, temos registro, no mínimo desde 1705, da construção de valos em torno dos campos de criação e cultivo. Em geral, essa proteção, imperfeita, era acompanhada de cerrada “cerca viva”, impenetrável aos homens e animais, produzidas,

²¹⁴.. Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos [...]*. Ob.cit. p. 351.

²¹⁵. Cf. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Montevideo. Ob.cit. 65-73.

²¹⁶ Cf. nota 16.

²¹⁷ PINTOS, Anibal Barrios. *De las vaquerías al alambrado*. Ob.cit. p. 248.

²¹⁸. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia de la ganadería em el Uruguay*. Montevideo: Banco de Crédito, 1972. p. 72.

comumente, por trabalhadores especializados. Houve enorme fazendas protegidas perimetralmente por essas defesas. A primeira cerca argentina de arame liso teria sido usada para proteger a horta e o jardim de estância de Alejandro Codwell, nas proximidades de Buenos Aires, nos anos 1845.²¹⁹

Nos anos seguintes, as cercas de arame liso, sobretudo de quatro fios, difundiram-se nas fazendas argentinas, comumente utilizadas ao lado dos valos, apenas enquanto as “cercas vivas” não cresciam. O grande problema das cercas de arame liso era que detinham dificilmente os gados, que vinham *coçar-se* nos postes de madeira e ferro, pondo-os abaixo. Na Argentina, foi apenas com a introdução, nos anos 1885, do arame farpado, inventado nos USA, em fins dos anos 1870, que os valos e cercas vivas começaram a ser superados, processo concluído em inícios do século 20.²²⁰ Em *Historia económica de la ganadería argentina*, Horacio Giberti assinala a importância da transição dos fios de ferro para o arame de aço, lisos e farpados: “En un principio el alambrado era caro y de poca vida, su costo limitaba mucho la difusión. Mas tarde el alambre de acero, barato, fuerte y flexible, sustituyó al de hierro, tan quebradizo; los postes se espaciaron más y hubo varillas intermedias de hierro [...]”²²¹

Conseqüências importantes

O cercamento dos campos, a criação de poteiros, invernadas, a utilização de bretes e banheiros, reduziram a necessidade do peão, laço e boleadeiras. As cercas impediam ou dificultavam o pastoreio clandestino de gados dos pequenos criadores nos latifundiários; a migração dos gados para outras fazendas quando das secas e tempestades; o roubo de gados, etc. Para proprietários uruguaios, o cercamento dos latifúndios constituiu excepcional recurso contra os “cuatros”, “vagos” e “gauchos matreros”. A medida dificultava “el frecuente pasaje de mercachifles, leñadores, carboneros y troperos con su inevitable secuela de carneadas clandestinas e incendios de campos”.²²² O cercamento teria aumentado o valor dos arrendamentos.²²³

Alguns grandes proprietários tardaram em cercar seus campos para não pôr fim à apropriação habitual de gados das fazendas lindeiras de proprietários mais pobres e mais fracos. No RS e no Brasil, o grave problema do reconhecimento dos proprietários lindeiros das divisas de uma fazenda, especialmente quando se tratavam de terras ainda não medidas, teria dificultado a delimitação das divisas das fazendas.²²⁴ Os posteiros e suas famílias desapareceram aceleradamente das grandes fazendas. Também nos anos 1870, a difusão das estradas de ferro desempregou balseiros, carreteiros, ferradores, tropeiros, etc.

Em 1880, um ruralista calculava que um mínimo de oito mil famílias teriam ficado sem trabalho nos campos uruguaios. Em 1882, um outro criador propunha que três quartas partes da mão-de-obra pastoril antes ocupada era então desnecessária. Foram muito duras as conseqüências do desemprego sobre o valor dos salários.²²⁵ Ressalve-se como assinado que o aumento dos cuidados dos animais exigia maior quantidade de mão-de-obra.

²¹⁹ SBARRA. *Historia del alambrado en la Argentina*. Ob.cit. pp. 31 et seq..

²²⁰

²²¹ GIBERTI. *Historia económica de la ganadería argentina*. Ob.cit. p. 154.

²²² CASTELLANOS. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Ob.cit. p. 74.

²²³ PINTOS. *De las vaquerías al alambrado*. Ob.cit. pp. 250 et seq.

²²⁴ ORTIZ, Helen. “O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)”. Passo Fundo: PPGH UPF, 2006. [Dissertação de mestrado].

²²⁵ Cf. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia [...]*. Ob.cit. p. 79.

O historiador Barrios Pintos assinala que a introdução de *alambrados* determinou a primeira forte “desocupación tecnológica” no Uruguai, já que, “con menos peones se pudo cuidar igual número de animales”. Com o fim dos tempos de “aire libre y carne gorda”, os *sem-terra* migraram para a cidade, *arrancharam-se* nas beiras dos caminhos ou *agregaram-se* às fazendas.²²⁶ Tornados *vagos* e *vagabundos* pelo desemprego, os *peones* e *gauchos* sofreram a dura repressão dos governos militarista uruguaio de 1875-1886, sensíveis aos latifundiários que obtiveram, entre outras reivindicações, o direito de organizar “guardas rurales”, a repressão ao abigeato, *vagos*, *pulperias*, etc.²²⁷

O Cercamento dos campos no Sul

Salvo engano, inexistem estudos monográficos sobre o alambramento no RS. Em geral, aponta-se que o cercamento perimetral das fazendas sulinas, com arame liso, teria iniciado nos anos 1875, e se acelerado, nos anos 1885, com a chegada dos arames farpados. Os primeiros rolos de arame teriam chegado ao porto de Rio Grande em fins de 1869.²²⁸ Em *Rio Grande do Sul: Terra e povo*, Sérgio da Costa Franco afirma: “Depois de 1870, a pecuária ganhou especial impulso, graças à paulatina introdução das cercas divisórias, que ensejaram a melhoria dos rebanhos, bem como a simplificação das tarefas campeiras”. Para Segundo esse autor, na “década de 1880” já seria “intenso o comércio de arame, o que denuncia a propagação dos alambrados.”²²⁹

Em *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*, Raul Pont propõe que os alambrados foram introduzidos na fronteira oeste em 1872 e, no município de Uruguaiana, em 1874. Cita depoente que teria ajudado ao pai a estender as cercas, do Caverá até Rosário, em “mais de 30 léguas”, no início do século, já que, para ele, antes “de 1900 era muito difícil encontrar cercas de arame”. Seriam cercas com três fios e arame preto número 7.²³⁰

Louis Couty visitou o RS em fins dos anos 1870. Referindo-se sobretudo às fazendas de Bagé e de Cerro Largo, afirmou que as cercas de “fios de ferro resistentes fixados em mourões de madeira sólida” eram usadas sobretudo para fechar “potreiros ou partes de campos mais extensas” – invernadas. Registro que eram em “pequeno número” as “estâncias completamente cercadas”. Assinalou que, comumente, a “natureza arenácea” e a “pouca espessura” dos terrenos impediam que se cavassem fossos duráveis e que experimentos com cercas de vegetais, de cactus e eucaliptos, não haviam dado bons resultados na região.²³¹

Severino de Sá Brito presenciou como menino as últimas décadas do século 19 e entrevistou velhos estancieiros, ao escrever *Trabalhos e costumes dos gaúchos*, de 1928, onde propõe que apenas após a Guerra Federalista, em 1895, com a valorização do câmbio e das exportações dos couros, “que se desenvolveu em maior escala esse grande reformador dos costumes e da vida rio-grandense, o *alambrado*.”²³² Afirma que, então, em “poucos anos, o arame apoderou-se dos campos, estendeu-se por toda a parte, fixou a divisa entre os lindeiros, subindo coxilhas, descendo baixadas e atravessando sangas para divisas da aguadas.” As cercas teriam retalhado os campos em “invernadas,

²²⁶ PINTOS, Anibal Barrios. *De las vaquerias al alambrado*. Ob.cit. p. 253.

²²⁷ Cf. CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve historia [...]*. Ob.cit. p. 70-1.

²²⁸ Cf. PONT, Raul. *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983. vol. II. P. 525.

²²⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, s.d. pp. 50-1.

²³⁰ Id.ib.p. 526-7.

²³¹ COUTY. *A erva [...]*. Ob.cit. p. 210

²³² BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: ERUS, s.d. p. 10

invernadinhas, piquetes, currais e bretes”, acelerando a produtividade. “Acabaram-se as grandes cavalhadas, reduziram-se as eguadas, diminuiu-se a peonada!”²³³

A expulsão de posteiros, moradores, peões-residentes, etc. das estâncias sulinas não significou rompimento necessário dessa mão-de-obra com a produção pastoril. Em “O peão de estância”, Laudelino T. Medeiros assinala, para os anos 1960, a existência eventual, nos municípios pastoris, “nos pontos de encontro entre duas ou mais fazendas, junto a uma estrada”, de aglomerados de “moradias habitadas por famílias pobres, incluindo quase sempre um ‘bolicho’ e uma cancha de ‘jogo de osso’”. Essa população abastecia as unidades pastoris em trabalhadores permanentes ou temporários.²³⁴

Bem mais tarde

Mesmo atrasando a data da generalização do cercamento dos campos, Severino de Sá Brito pode ter sido otimista, sobre a extensão e ritmo do processo. Em suas *Memórias*, referindo-se aos primeiros tempos da República, João Neves da Fontoura assinalou: “Naquela época – e mesmo muito depois – um cavaleiro que viesse da fronteira de Santana do Livramento a Porto alegre, talvez não abrisse dez porteiras ou, segundo o **preguoso** costume de então, talvez não cortasse outros tantos fios de arame com o alicate que sempre se trazia nos tentos.”²³⁵ O certo é que, ali onde se implantou, o cercamento das fazendas e constituição de poteiros e invernadas, possivelmente associado ao crescimento da oferta de trabalhadores, devido à expansão demográfica e à Abolição, teria ensejado forte queda dos salários dos peões.

Em fins de 1899, na fazenda do **Capão da Fonte**, no município de **Rio Pardo**, um peão começou o ano ganhando 16:000 réis e foi aumentado, em dezembro, para 20:000 réis, enquanto um novilho valia setenta e cinco mil-réis. Em média, um novilho pagava 4,3 meses do salário do trabalhador. Em 1918, na mesma fazenda, o peão recebia mensalmente 30:000 réis e o novilho valia 125:000 réis. Mantivera-se relativamente o seu poder aquisitivo, fortemente depreciado. Em 1918, a fazenda vendeu, além de alguns couros, lã, cabelo, por, 1.216:200 réis, 283 novilhos e trinta vacas, por 39,5 contos de réis. Uma renda anual equivalente a quase de 1.400 meses de trabalho do peão. O fato de que, nesses anos, a diária do peão, em alguns casos, tivesse o mesmo valor do salário mensal – um mil-réis por dia –, registra a perda de poder de barganha do peão. O salário diário era também pago a dois mil-réis ao dia.²³⁶

Urge estudos mais precisos sobre a evolução do valor real do trabalhador livre da campanha sulina. Os dados arrolados nesse trabalho indicariam que um trabalhador livre ganhava, em 1780, ao se estruturar a produção charqueadora, quatro novilhos por mês. Remuneração que cairia, nos anos 1830, antes da Farroupilha, para um novilho mensal. Nos anos 1918-20, após a expansão da produção pastoril devida à I Guerra Mundial, o salário do peão reduzira-se a um quarto de novilho. Ou seja, era 16 vezes menor do que 140 anos antes!

Um futuro que espelha o passado

Laudelino Medeiros produziu, em 1964, o estudo citado, apoiado na participação em pesquisa geral sobre a pecuária sulina, quando dominavam as práticas de pastoreio contínuo que haviam se estruturado, possivelmente, desde os anos 1875, com os primeiros cercamentos

²³³ Id.ib. p. 26

²³⁴ MEDEIROS. *O peão [...]*. Ob.cit. p. 2.

²³⁵ FONTOURA. João Neves da. *Memória*. 1. Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 54.

²³⁶ Cf. Cadernos de notas nº 1 e nº 2 de João Luiz Gomes, 1918-1920. Arquivo pessoal de Mário Maestri.

dos campos e desescravização das estâncias.²³⁷ O trabalho inicia assinalando a gênese latifundiária da propriedade fundiária sulina, seguida de crescimento e posterior queda relativa de dimensão. Em 1960, havia 6.787 explorações com mais de quinhentos hectares, entre as quais 238 possuíam de cinco a dez mil hectares e cinquenta, dimensões maiores do que uma sesmaria – treze mil hectares. Então, em média, as propriedades tinham dois peões e um capataz, como trabalhadores permanentes, e uns 474,3 animais por trabalhador. As cercas e as novas instalações teriam permitido que um peão se ocupasse de um maior número de animais. O autor registra dados de 1933, para Júlio de Castilhos, de 666,7 animais por trabalhador.

Nas fazendas estudadas, trabalhavam, em forma eventual, o fazendeiro, seus filhos e parentes e, especialmente, assalariados, com destaque para os, em 1965, setenta mil trabalhadores pastoris. O fato de que, em 1950, houvesse no RS cem mil operários industriais, registra a importância dessa população mantida à margem de qualquer expressão social e política organizada. Capatazes e peões cumpriam em geral as mesmas tarefas produtivas. O capataz era um peão mais experiente responsável pela implementação quotidiana de decisões gerais nas quais não intervinha. Nas fazendas maiores, podia haver um sota-capataz.

Os trabalhadores assalariados temporários eram o alambrador, o tosquiador, o carpinteiro, o tratorista, o enseminador, etc. Em 1964, o domador e o posteiro estavam já em processo de *extinção*. Laudelino registra a visão “romântica” e “bucólica” do “cidadino”, das pesadas e duras tarefas pastoris, iniciadas ao nascer do sol e desenvolvidas sob o rigor das intempéries. Apresentado como uma quase “diversão”, o trato montado do gado em campos abertos foi sempre atividade rústica, causa de acidentes graves e mortais. Assinala a *naturalização* das condições de trabalho pelos peões e capatazes que desconheciam outra forma de existência.

Organizados por produção que os isolava nas fazendas e lhes ensejava percepção individualista de suas práticas sociais, capatazes e peões possuíam limitada consciência das necessidades sociais. Os 32 capatazes entrevistados tinham de 30 a 49 anos de idade, sugerindo que a velhice punha fim aos laços empregatícios. Em geral, eram casados e as mulheres trabalhavam na propriedade. A escolaridade e a dimensão da família dos capatazes eram pequenas – 4,65% pessoas por família. Os capatazes moravam em casa de madeira, de coberturas de telhas ou de folhas de zinco, sem os confortos habituais na moradia próxima dos patrões – água encanada, eletricidade, banheiros, etc.

Pouco Salário

Os capatazes recebiam em torno de um salário mínimo e, nas fazendas maiores, possuíam algumas cabeças de gado e, mais dificilmente, um lote de terra, mesmo urbano. Eles conheciam alta rotatividade profissional, baixa mobilidade territorial, escassa ascensão social e eram em geral naturais da região e filhos de pais ocupados no pastoreio, não possuindo expectativas de mudar de profissão, da qual não tinham alta estima. Em geral, trocavam de emprego, durante a vida produtiva, sempre na região onde nasciam, o que exigia *naturalmente* respeito à *disciplina social*, caso quisessem manter-se no mercado de trabalho. Era incomum que capatazes e peões procurassem a Justiça do Trabalho.

Os peões eram mais jovens e, sobretudo, pardos e negros, herança da importante população de cativos empregada nas estâncias sulinas no passado. Conheciam a mesma baixa mobilidade profissional, social e territorial dos capatazes. Escutavam raramente a rádio, não liam jornais, havia quem não soubesse o que era a televisão, em 1964. Em geral, devido aos descontos cobrados pela alimentação e a moradia, recebiam salário abaixo ao mínimo da época, não raro inferior ao determinado por lei. Visitavam volta e

²³⁷Cf. MEDEIROS, Laudelino T. *O peão de estância*: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre: UFRGS/Estudos e Trabalhos Mimeografados, 1969; 57 pp.

meia as povoações próximas, usando os veículos da estância ou o ônibus e, raramente, o cavalo.

Os fazendeiros negavam-se a empregar peões casados. Quase 75% dos peões eram solteiros, não possuindo, portanto, em forma geral, direito à família e à reprodução, o que contribuiu para o escasso desenvolvimento demográfico e econômico das áreas pastoris sulinas. O autor descreve a triste moradia do peão: “[...] dormem numa peça junto ao galpão, mais propriamente uma divisão no galpão: o quarto dos peões. Ali se encontram quatro ou cinco camas rústicas [...]” Assinala que as instalações encontravam-se em “contraste acentuado com as usadas pelos fazendeiros”. O quarto dos peões era entretanto uma melhoria em relação aos passado, quando os peões dormiam habitualmente no galpão, mais ou menos próximos do fogo, segundo a época.

Laudelino assinala rapidamente os efeitos dissociativos, pessoais e grupais, da manutenção de população masculina jovem, semi-encerrada, à margem do direito de acasalar-se e constituir família. Era habitual que nas comunidades pobres próximas às fazendas, ao lado do “bolicho” e da “cancha”, houvesse prostíbulos onde o peão deixava periodicamente seu magro salário, na mesa, bebendo cachaça e carteando com jogadores *espertos*, ou na pista de dança e no catre, com mulheres tristes, prostituídas devido à impossibilidade de outra inserção social.

Temos ricas notícias sobre os hábitos zooteróticos e escassa informação sobre as ideologicamente mais *corrosivas* práticas homossexuais eventuais do peão. O peão possuía vida cultural pouco desenvolvida, valorizava escassamente a profissão, não tinha planos estruturados para o futuro. Perguntando o que pretendia fazer sobre sua vida, um jovem peão respondeu: “[...] se í dando certo, vô ficando”.

Eduardo: En 1794, en documento anónimo, escrito en España y dirigido al Virrey Pedro de Melo, se describe la situación general de la Banda Oriental en diversos aspectos, económicos, sociales e históricos. Un análisis del extenso documento rebasa los límites de **nuestro** trabajo, por lo cuál me limito a extraer algunos pasajes de interés. En particular su análisis sobre el estanciero *rico* y el estanciero *pobre*, cuya línea de pensamiento va en la misma dirección que el informe de Pereira antes citado.

Esto coloca la problemática de la campaña oriental, en un nuevo eje, ya no el exclusivo del contrabando de portugueses, gauchos y charrúas, situándolo en la temática de la propiedad de la tierra, la estancia coto de caza y en los intereses y poder los de comerciantes montevidéanos exportadores, cuya única motivación era el beneficio de la extracción de los cueros.

[U1] Comentário: ¿??

Dice el autor anónimo: “Nuestra campaña da de comer a cuatro clases de gente [...] hacendados pobres, hacendados ricos, gauchos y changadores. El pobre vive sugeto a el fruto de 2 o 3 mil cavezas de ganado, que es el que cabe en un casco de estancia de dos o tres leguas, y para que no se le pierda ni roben, le pone su marca, lo amansa y lo trae a rodeo con sus peones a quienes paga un jornal de 8 a 10 pesos mensuales”.²³⁸

Eduardo Palermo:

En 1795 el Gremio de Hacendados de la Banda Oriental insistía en denunciar, frente al Cabildo de Montevideo, los peligros que imperaban en la campaña por el elevado número de *delincuentes* y *vagos* que realizaban faenas clandestinas y robaban ganados que

²³⁸ ANÓNIMO. Noticias sobre los campos de la Banda Oriental, 1794. En: *Revista Histórica Nacional*, Montevideo, 1953, p.348. Volumen 18.

contrabandeaban hacia Portugal. Asesinatos, hurtos, raptos, saqueos eran presentados como moneda corriente en el escenario rural. Esos reclamos de orden y seguridad se verán en parte subsanados con la creación del Cuerpo de Blandengues, en 1797, y con sucesivas expediciones punitivas contra los aborígenes, algunas de ellas verdaderas masacres, como la efectuada por Manuel del Cerro Saenz en 1797.²³⁹

La situación preocupaba a los hacendados que sostenían: “[...] es cosa que causa asombro y espanto ver el crecido número de hombres vagos que infestan estas campañas, sin más ocupación ni otro destino que el de hacer faenas de cueros furtivos y clandestinamente [...] pero además introducen ilegalmente en territorios de Portugal, crecido número de nuestras haciendas, robando diariamente las caballadas de nuestras estancias”.²⁴⁰

²³⁹ PALERMO, Eduardo. *Banda Norte, una historia de la frontera oriental*. Rivera:Yatay, 2001, p.106. -Cf. ARCHIVO ARTIGAS. (1797-1805) Prólogo de Pivel Devoto.Montevideo: Monteverde,1951. Doc.15, Tomo 2.

²⁴⁰ GIL, Germán. *Ensayo para una Historia general de Cerro Largo*. Melo: Intendencia Municipal de Cerro Largo,1982, pp.25-26.